### PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001 - /2022: CPL

### INTERESSADO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

### **ASSUNTO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE BORRACHARIA PARA OS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA.

MOVIMENTAÇÃO							
Data	Órgão Rubrica		Data	Órgão	Rubrica		
<del></del>					÷ -		
					- Wildow		

Número de Páginas	and the second
-	·



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO - MA CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS



### TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em 10 de janeiro de 2022, procedeu-se a abertura do Processo Administrativo nº 004/2022, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, com este fim e para constar, eu, Matheus da Silva Pereira lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Governador Edison Lobão/MA, 10 de janeiro de 2022.

Matheus da Silva Pereira DIRETO DE DEPTO. DE COMPRAS E TORE Nº 019/2021

MATHICS DA SILVA PEREIRA DIRETOR DO DIPARTAMENTO DE COMPRAS



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Governador Edson Lobão - MA, 07 de janeiro de 2022.

Ao Senhor Fabrício dos Santos Silva Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.

Senhor Secretário,

Venho solicitar a Vossa Senhoria que possa tomar as providências necessárias para a abertura de Processo Administrativo para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

A realização do Processo Administrativo para a aquisição deste objeto se justifica em razão da necessidade de manutenção dos veículos automotores que compõem e àqueles que venham a compor a frota oficial dos entes públicos desta municipalidade até a vigência do contrato, contribuindo para que os veículos utilizados pelos entes estejam em perfeitas condições de uso e bom estado de conservação a qualquer tempo, a fim de que os serviços desenvolvidos, dependentes dos veículos, não sofram descontinuidade.

Jose Victory of Admiral Service

João Victor Castro Sobral

Secretário Municipal de Administração



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



### RELAÇÃO DE SERVIÇOS

	SERVIÇOS DE BORRACHARIA						
N° ITEM	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL		
1	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	R\$	R\$		
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	R\$	R\$		
3	PNEU 2.75 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$	R\$		
4	PNEU 2.75 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$	R'\$		
5	PNEU 90.90 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$	R\$		
6	PNEU 90.90 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$	R\$		
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	RS	R\$		
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	R\$	R\$		
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	R\$	R\$		
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	R\$	R\$		
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MÉDIO ARO 18	UNIDADE	60	R\$	R\$		
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	R\$	<b>R\$</b> <sup>t</sup>		
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	R\$	R\$		
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$	R\$		
15	SERVIÇOS DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$	R\$		
	TO	î AL			R\$		

Governador Edison Lobão - MA, 07 de janeiro de 2022.

João Victor Castro Sobral

Secretário Municipal de Administração



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, FINANÇAS E RECEITA



Governador Edison Lobão/MA, 10 de janeiro de 2022.

Ao Senhor Matheus da Silva Pereira Diretor do Departamento de Compras

Conforme verificado as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, encaminho em anexo a relação dos itens para que seja providenciada a abertura do Processo Administrativo e posteriormente que seja realizada a pesquisa de preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

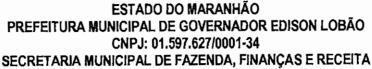
Sem mais, registramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente:

Fabrício dos Santos Silva

Secretário Municipal de Fazenda, Finanças e Receita.







#### RELAÇÃO DE SERVIÇOS

	SER	VIÇOS DE BOR	RACHARIA		
N° ITEM	ПЕМ	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	R\$	R\$
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	R\$	Ŕ\$
3	PNEU 2.75 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$	R\$
4	PNEU 2.75 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$	R\$
5	PNEU 90.90 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$	R\$
6	PNEU 90.90 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$	R\$
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	R\$	R\$
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	R\$	R\$
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	R\$	R\$
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	R\$	R\$
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVĘ E MÉDIO ARO 18	UNIDADE	60	R\$	R\$
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	R\$	R\$ <sub>į</sub>
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	R\$	R\$
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$	R\$
15	SERVIÇOS DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$	R\$
<del></del>	ТОТ	'AL			R\$

Governador Edison Lobão/MA, 10 de janeiro de 2022.

Fabricio dos Santos Silva Sec. Mun. de Fazenda e Finanças Port. N. 02.2021

Fabrício dos Santos Silva

Secretário Municipal de Fazenda, Finanças e Receita.



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS



PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

### SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Solicitamos a colaboração desta empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha abaixo (preço unitário e total) referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, conforme modelo de pesquisa de preços em anexo, e entregar em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Imperatriz II, Nº 800, Centro – CEP: 65.928-000 – Gov. Edison Lobão – MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (meio dia).

A pesquisa de preços poderá ser preenchida a próprio punho ou elaborada e impressa por qualquer meio eletrônico. As informações prestadas pela empresa ou pessoa física serão utilizadas para obtenção da "PLANILHA DE PREÇOS DE MERCADO". Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiterarmos nossos mais sinceros votos de consideração. A empresa ou pessoa física deverá fornecer os preços praticados atualmente pela mesma para os itens constantes da planilha anexa.

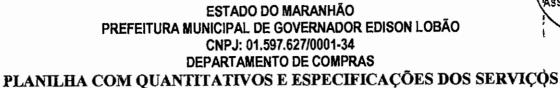
Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Governador Edison Lobão - MA, 11 de janeiro de 2022.

Matheus da Silva Pereira Departamento de Compras

				1
	PR	OTOCOLO DE ENTREGA DÁ SOL	ICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS	
LICITANTE:				
ENDEREÇO:				
BAIRRO:		CIDADE:	UF:	•
CEP:				1
CNPJ:				
Recebi em	/	2022 a SOLICITAÇÃO	DE COTAÇÃO DE PREÇOS	emitida em 11
de janeiro de 20	)22 para f	ornecimento de preços.		
Assinatura do re	esponsáve	el da Licitante		3
				ı





OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

Para tanto solicitamos que nos envie com a máxima urgência, cotação de preços dos serviços descritos abaixo, caso sua proposta seja a mais vantajosa, deverá encaminhar junto com a proposta de preços para a Prefeitura Municipal a documentação referente a Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal, exigida para contratação conforme abaixo:

DO LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão realizados junto à Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA, na sede da Prefeitura ou nos locais estabelecidos pelo contratante.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A contratação entrará em vigência a partir da assinatura do contrato e vigorará até 31 de dezembro de 2022. O prazo para o início dos serviços será imediatamente após o recebimento da Ordem de Servicos.

#### RELAÇÃO DE SERVIÇOS SERVICOS DE BORRACHARIA Nº ITEM **ITEM** UNIDADE **OUANTIDADE** VALOR UNIT VALOR TOTAL PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA 1 UNIDADE 14 R\$ CONSERTO R\$ PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA UNIDADE 2 12 CONSERTO R\$ RS PNEU 2.75 – 18 VULCANIZAÇÃO 3 UNIDADE 12 R\$ RSPNEU 2.75 - 18 TROCA UNIDADE 12 RSRSPNEU 90,90 - 18 VULCANIZAÇÃO UNIDADE 12 R\$ R\$ PNEU 90.90 - 18 TROCA 6 UNIDADE 12 RSRSPNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO 7 UNIDADE 20 R\$ RS PNEU ARO 13 A 14 TROCA 8 UNIDADE 32 RS RSPNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO 9 UNIDADE 50 R\$ 10 PNEU ARO 15 A 16 TROCA UNIDADE 80 R\$ R\$ SERVICOS DE MONTAGEM PNEU LINHA UNIDADE 11 60 LEVE E MÉDIO ARO 18 R\$ R\$ UNIDADE SERVICOS DE MONTAGEM PNEU 12 60 215/80R-22.5 RSR\$ PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO UNIDADE 13 30 RSRS



Processo: Mill

### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CND 1: 01 597 627/0001-34

CNPJ: 01.597.627/0001-34

	UEFAI	VIAMENTODE	CUMPRAS		i
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$	R\$
15	SERVIÇOS DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$	R\$
	TOI	TAL			· R\$

O prazo de validade da pesquisa não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

Segue em anexo o MODELO DA PESQUISA DE PREÇOS a ser encaminhada ao Setor Municipal de Compras de Governador Edison Lobão, em papel timbrado da empresa ou pessoa física fornecedora dos preços.

Governador Edison Lobão - MA, 11 de janeiro de 2022.

Matheus da Silva Pereira Diretor do Departamento de Compras



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS



#### PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

### SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PRECOS

Solicitamos a colaboração desta empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha abaixo (preço unitário e total) referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, conforme modelo de pesquisa de preços em anexo, e entregar em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Imperatriz II, N° 800, Centro – CEP: 65.928-000 – Gov. Edison Lobão – MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (meio dia).

A pesquisa de preços poderá ser preenchida a próprio punho ou elaborada e impressa por qualquer meio eletrônico. As informações prestadas pela empresa ou pessoa física serão utilizadas para obtenção da "PLANILHA DE PREÇOS DE MERCADO". Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiterarmos nossos mais sinceros votos de consideração. A empresa ou pessoa física deverá fornecer os preços praticados atualmente pela mesma para os itens constantes da planilha anexa.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

overnador Edison Lobão - MA, 11 de janeiro de 2022.

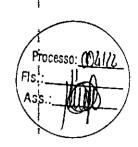
Matheus da Silva Pereira Departamento de Compras

. 3. X	PRO	TOCOLO DE ENTREGA DA SOLICITAÇÃO	DE PESQUISA DE PREÇOS	
LICITANTE:				•
ENDEREÇO:				
ENDEREÇO:				
BAIRRO:		CIDADE:	UF:	
CEP:				ŧ
CNPJ:				
Recebi em	1	2022 a SOLICITAÇÃO DE COT	AÇÃO DE PREÇOS em	itida em 1
	222 6		•	•
le janeiro de 20	022 para 10	ornecimento de preços.		
Assinatura do r	esponsáve	l da Licitante		

#### VR DOS SANTOS BORRACHARIA

CNPJ: 11.708.589/0001-01 ROD 010 AUTO ESTRADA GOV. EDISON LOBÃO – MA

TELEFONE: (99) 98405-0834



### PROPOSTA DE PREÇO

374 #7995 F			ORRACHARIA	122.2.			· · · · · · · ·
N° ITEM	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VAL(	OR UNIT	VAL	OR TOTAL
1	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	R\$	100,00	R\$	1.400,00
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	R.S	120,00	R\$	1.440,00
3	PNEU 2.75-18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$	80,00	R\$	960,00 ‡
4	PNEU 2.75-18 TROCA	UNIDADE	12	R\$	30,00	R\$	360,00
5	PNEU 90.90-18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$	50,00	'R\$	600,00
6	PNEU 90.90-18 TROCA	UNIDADE	12	R\$	30,00	·R\$	360,00 ,
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	R\$	30,00	R\$	600,00
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	R\$	10,00	R\$	320,00
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	R\$	30,00	R\$	1.500,00
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	R\$	10,00	R\$	800,00 '
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MEDIO ARO 18	UNIDADE	60	R\$	15,00	R\$	900,00
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	R\$	30,00	'R\$	1.800,00
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	R\$	70,00	R\$	2.100,00
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$	70,00	R\$	2.800,00
15	SERVIÇO DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$	20,00	R.S	1.600,00
	VALOR TOTAL			R\$			17.540,00

PROPOSTA VÁLIDA POR 60 DIAS.

Governador Edison Lobão, 13 de janéiro de 2022

Volden Rod 19 ell des S Valdeir Rodrigues dos Santos

CPF: 282.532.213-04



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS



#### PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

### SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Solicitamos a colaboração desta empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha abaixo (preço unitário e total) referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veiculos do Município de Governador Edison Lobão/MA, conforme modelo de pesquisa de preços em anexo, e entregar em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Imperatriz II, Nº 800, Centro — CEP: 65.928-000 — Gov. Edison Lobão — MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (meio dia).

A pesquisa de preços poderá ser preenchida a próprio punho ou elaborada e impressa por qualquer meio eletrônico. As informações prestadas pela empresa ou pessoa física serão utilizadas para obtenção da "PLANILHA DE PREÇOS DE MERCADO". Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiterarmos nossos mais sinceros votos de consideração. A empresa ou pessoa física deverá fornecer os preços praticados atualmente pela mesma para os itens constantes da planilha anexa.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Governador Edison Lobão - MA, 11 de janeiro de 2022.

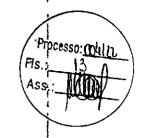
Matheus da Silva Pereira Departamento de Compras

DDZ			
	TOCOLO DE ENTREGA DA SOLICITAÇÃO	<u>DE PESQUISA DE PREÇOS</u>	
LICITANTE:			,
ENDEREÇO:			ĭ
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	
CEP:			
CNPJ:			
Recebi em/	2022 a SOLICITAÇÃO DE COT	ΓΑÇÃO DE PREÇOS «	emitida em
de janeiro de 2022 para fo		•	<b>1</b>
			i
			ĝ E
Assinatura do responsável	da Licitante		Ī
*			Ł
	·		3



### PNEU ZERO ÉIRELI

CNPJ: 18.335.071/0001-00 lnsc. Est. 12.412.149-7



### PROPOSTA DE PREÇO

### PROPOSTA VÁLIDA POR 60 DIAS.

	SERVIÇOS DE BORRAC	HARIA	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	· · · ·	*
' Nº ITEM	ITÉM	UNIDADE	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	110,00	1.540,00
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	140,00	1.680,00
3	PNEU 2.75-18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	100,00	1.200,00
4	PNEU 2.75-18 TROCA	UNIDADE	.12	35,00	420,00
5	PNEU 90.90-18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	60,00	720,00
6	PNEU 90.90-18 TROCA	UNIDADE	12	35,00	420,00
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	`20	40,00	800,00
8.	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE.	32	15,00	480,00
9	PŅEU ARO 15 A 16 VULCAŅIZĀÇÃO	UNIDADE	-5Ó	40,00	2.000,00
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	20,00	1.600,00
11	SERVIÇOS. DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MEDIO ARO 18	UNIDADE	<b>6</b> 0	20,00	1.200,00
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	6Q	40,00	2.400,00
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	100,00	3.000,00
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	100,00	4.000,00
15	SERVIÇO DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BIÇO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍŽIO DE PNEUS E MANGUEIRA E ČALIBRAGEM	UNIDADE	80	30,00	2.400,00
	VALOR TOTAL			R\$ 23.	860,00

CNPJ: 18.335 071/0001-00 PNEU ZERO EIRELI R6d BR-010, N° 3441

Entroncamento - CEP: 65.913-460 IMPERATRIZ - MARANHÃO

Imperatriz-Ma 13/01/2022<sup>3</sup>

Fone: (99) 3071-2591



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS



#### PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

### SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Solicitamos a colaboração desta empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha abaixo (preço unitário e total) referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, conforme modelo de pesquisa de preços em anexo, e entregar em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Imperatriz II, Nº 800, Centro – CEP: 65.928-000 – Gov. Edison Lobão – MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (meio dia).

A pesquisa de preços poderá ser preenchida a próprio punho ou elaborada e impressa por qualquer meio eletrônico. As informações prestadas pela empresa ou pessoa física serão utilizadas para obtenção da "PLANILHA DE PREÇOS DE MERCADO". Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiterarmos nossos mais sinceros votos de consideração. A empresa ou pessoa física deverá fornecer os preços praticados atualmente pela mesma para os itens constantes da planilha anexa.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Governador Edison Lobão - MA, 11 de janeiro de 2022.

Matheus da Silva Pereira Departamento de Compras

PRO	TOCOLO DE ENTREGA DA SOLICITAÇÃO	O DE PESQUISA DE PREÇO	)S
LICITANTE:			
ENDEREÇO:			*
BAIRRO:	CIDADE:	UF:	
CEP:	and the second s		
CNPJ:			
	_		
Recebi em /	2022 a SOLICITAÇÃO DE CO	TAÇÃO DE PREÇOS	emitida em
	<del></del>	TAÇÃO DE PREÇOS	emitida em
	<del></del>	TAÇÃO DE PREÇOS	S emitida em
Recebi em/le janeiro de 2022 para fo	<del></del>	TAÇÃO DE PREÇOS	S emitida em
	rnecimento de preços.	TAÇÃO DE PREÇOS	S emitida em



### UNIÃO CAR LIDA

CNPJ: 26.229/204/0001

### PROPOSTA DE PREÇO

	SERVIÇOS	DE BORRA	CHARIA		,
Nº ITEM	ITEM	UNIDADE	QUANT.	PRREÇO UNIT.	PREGO TOT
1.	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	110,00	1.540,00
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	150,00	1.800,00
3	PNEU 2.75-18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	110,00	1.320,00
4	PNEU 2.75-18 TROCA	UNIDADE	12	40,00	480,00
5	PNEU 90.90-18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	65,00	780,00
6	PNEU 90.90-18 TROCA	UNIDADE	12	50,00	600,00
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	50,00	1.000,00
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	20,00	6,40,00
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	50,00°	2.500,00
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	30,00	2.400,00
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MEDIO ARO 18	UNIDADE	60	30,00	1.800,00
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	50,00	3.000,00
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	110,00	3.300,00
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	110,00	4.400,00
15	SERVIÇO DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	40,00	3.200,00
	VALOR TOTAL			28.760,	00 R\$

PROPOSTA VÁLIDA POR 60 DIAS.

Imperatriz Ma, 13 de janeiro de 2022

26.229:204/0001-92
União Car Ltda i
Rd. BR 010, 3441 - Entrocamento
Cep. 65.913-460
Imperatriz - MA



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO - MA CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Processo: OOulta Fis.: 16

#### MAPA DE APURAÇÃO DE COTAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA

N°	PROPONENTES	VALOR DA COTAÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS		
1	VR DOS SANTOS BORRACHARIA CNPJ: 11.708.589/0001-01	R\$ 17.540,00		
2	PNEU ZERO EIRELI CNPJ: 18.335.071/0001-00	R\$ 23.860,00		
3	UNIÃO CAR LTDA. CNPJ: 26.229.204/0001-92	R\$ 28.760,00		

Governador Edison Lobão - MA, 17 de janeiro de 2022.

Mathers da Silva Pereira

Diretor do Departamento de Compras



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO - MA CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Processo: 1004/1

PROCESSO Nº 004/2022

ASSUNTO: COTAÇÃO DE PREÇOS DAS EMPRESAS E MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DE MERCADO.

#### **DESPACHO**

Ao Exmo.
Fabrício dos Santos Silva
Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.
Nesta.
Senhor Secretário,

A Secretaria Municipal de Administração deste município precisa contratar empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA

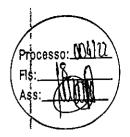
Para efetivar a contratação pretendida, este setor manteve contato com as pessoas jurídicas: VR DOS SANTOS BORRACHARIA, CNPJ: 11.708.589/0001-01; PNEU ZERO EIRELI, CNPJ: 18.335.071/0001-00; UNIÃO CAR LTDA., CNPJ: 26.229.204/0001-92, que mostraram interesse em prestar os respectivos serviços, solicitando das mesmas, propostas de preços e, posteriormente, da empresa que apresentasse proposta mais vantajosa, documentos necessários de habilitação, o que foi prontamente atendido, tendo em vista que a referida contratação enquadra-se no art. 24, II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Após análise das propostas de preços apresentadas e tendo em vista à qualificação da proponente, indica este setor, que deve ser contratada a empresa VR DOS SANTOS BORRACHARIA, CNPJ: 11.708.589/0001-01, situada na Rodovia BR-010, Auto Estrada, Governador Edison Lobão/MA, totalizando sua proposta em R\$ 17.540,00 (DEZESSETE MIL E QUINHENTOS E QUARENTA REAIS), para a prestação dos serviços objeto desta solicitação. O prazo para o início dos serviços será imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado por igual período (se for necessário) uma única vez, sem alteração do valor da proposta, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço.

Assim, tendo em vista o preço apresentado, recomenda este setor de licitação, dentro dos critérios da razoabilidade, que a proposta de preços apresentada pela empresa VR DOS SANTOS BORRACHARIA, CNPJ: 11.708.589/0001-01, situada na Rodovia BR-010, Auto Estrada, Governador Edison Lóbão/MA; é a mais vantajosa para a Administração Municipal, pois dela foi apurado o menor preço e por isso deve ser contratada.



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO'- MA CNPJ: 01.597.627/0001-34 DEPARTAMENTO DE COMPRAS



Por essas razões, encaminho o Processo Administrativo a deflagrar os procedimentos administrativos para contratação.

Em tempo encaminho as peças até aqui produzidas para tomar as providências conforme legislação aplicável.

No ensejo, renovo votos de estima e consideração.

Governador Edison Lobão/MA, 17 de janeiro de 2022.

Matheus la Silva Pereira

Diretor do Departamento de Compras



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO - MA CNPJ: 01.597.627/0001-34

Processo: Mull

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITAS

Governador Edison Lobão - MA, 19 de janeiro de 2022.

Memorando

Ao Setor de Contabilidade Governador Edison Lobão - MA.

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA. Em atendimento ao art. 24; inciso II da Lei 8.666/93, solicito informações sobre a existência de Dotação Orçamentária, Fonte de Recurso e a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro para procedermos com a contratação direta através de Dispensa de Licitação, conforme justificativa constante dos autos.

Atenciosamente,

Fabricio dos Santos Silva

	Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.				
RECEBIDO EM:	//	_			
ASSINA	TURA	-			



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE



#### **DESPACHO**

Ref. Solicitação dia 19/01/2022

Prezado(a),

Em resposta a vossa solicitação acima citada, seguem informações solicitadas. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para veículos. Em atendimento ao art. 14 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos que existe dotação orçamentária para ocorrer com a despesa, conforme rubrica a seguir:

ADMISTRAÇÃO GERAL

Exercício	2022	
Poder	Poder Executivo	2
Órgão	Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão	02.00
Unidåde Orçamentária	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	4.122.0052.2006.0000
/Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças	4.123.0054.6082.0000
	Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos	4.122.0052 2026.0000
	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	10.122.0052 2030.0000
	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.244.0052.2040.0000
	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	12.122.0403.2019.0000
Natureza da despesa	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	33.90.39.00
Fonte de recursos	próprios	001.001

Governador Edison Lobão - MA, 19 de janeiro de 2022.

Departamento de Contabilidade



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, FINANCAS E RECEITA



į

### DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Inciso II, Art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000)

**OBJETO:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência. Na qualidade de ordenador de despesa, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequações orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

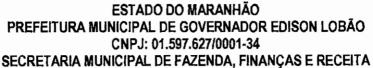
Governador Edison Lobão-MA, 21 de janeiro de 2022.

Fabrício dos Santos Silva

Abricio dos Santos Silva

Secretário Municipal de Fazenda, Finanças e Receita.







### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, Fabrício dos Santos Silva, Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO existir adequação orçamentária e financeira para atender o presente objeto, cujas despesas serão empenhadas nas Dotações Orçamentárias:

ADMISTRAÇÃO GERAI

Exercício	2022		
Poder	Poder Executivo	2 '	
Órgão	Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão	02.00	
Unidade Orçamentária	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	4.122.0052.2006.0000	
/Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças	4.123.0054.6082.0000	
	Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos	4.122.0052 2026.0000	
	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	10.122.0052 2030.0000	
	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.244.0052.2040.0000	
	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	12.122.0403.2019.0000	
Natureza da despesa	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	33.90.39.00	
Fonte de recursos	próprios	001.001	

As referidas despesas estão adequadas a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Atribui-se um custo estimado de R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos e quarenta reais).

> Governador Edison Lobão- MA, 21 de janeiro de 2022. Fabricio dos Santos Silva

Munde Fazenda e Finanças Fabrício dos Santos Silva

Secretário Municipal de Fazenda, Finanças e Receita.



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBAO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA CNPJ Nº 01.597.627/0001-34



Ilmo. Sr.

João Victor Castro Sobral

Secretário Municipal de Administração

Prezado,

Considerando que fora acolhida a vossa requisição para contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, é necessário que vossa senhoria providencie o Termo de Referência que norteará a contratação pretendida.

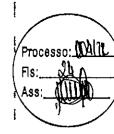
Na certeza do pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos sinceros votos de apreço.

Governador Edison Lobão (MA), 21 de janeiro de:2022.

FABRICIO DOS SANTOS SILVA

Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita





#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borrácharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

### 1.2 DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1.2.1 O objeto desta licitação será entregue mediante a expedição de ordem de serviço pelo Setor Competente, na sede da Prefeitura ou em local indicado pela Secretaria Municipal de Finanças, Fazenda e receita. Todas as despesas inclusive encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A realização do processo administrativo para aquisição deste objeto se justifica em face ao interesse público de executar a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, para o desempenho regular das atividades praticadas no ambiente da Administração, uma vez que os veículos oficiais devem estar em plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição do serviço sempre que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos. Além disso, além da salvaguarda do patrimônio público, a referida manutenção também se torna necessária com vistas à segurança dos usuários dos veículos.

É válido destacar que o valor disponibilizado na proposta da empresa escolhida enquadra-se no que dispõe o art. 24; inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e está dentro do limite ora previsto e amparado pelo princípio da proposta mais vantajosa.

Ademais, destaca-se a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a realização desta contratação, objetivando assim o atendimento aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade do processo.

Destaca-se ainda, a aptidão da pessoa jurídica a ser contratada com o menor valor para o fornecimento do objeto a ser contratado.

T





Isto posto, opta-se pela **DISPENSA DA LICITAÇÃO** por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório e ainda o procedimento para a Dispensa está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração.

### 3. VALOR MÉDIO

3.1. O preço considerado como estimativa para o objeto do presente termo de referência foi determinado com base em pesquisas de preços realizadas através de solicitações enviadas para Prestadores de Serviços com atividade econômica compatível com o objeto supra, com base em tal procedimento foi estimado o valor total de R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos e quarenta reais).

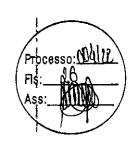
RELACAD DE SERVICOS

### 4. CUSTO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

	SER	VIÇOS DE BOR	RACHARIA		1
N° ITEM	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
I	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	R\$ 100,00	R\$ 1.400,00
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
3	PNEU 2.75 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$ 80,00	R\$ 960,00
4	PNEU 2.75 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$ 30,00	R\$ 360,00
5	PNEU 90.90 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
6	PNEU 90.90 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$ 30,00	R\$ 360,00
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	R\$ 10,00	R\$ 320,00
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	R\$ 1,0,00	R\$ 800,00
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MÉDIO ARO 18	UNIDADE	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	R\$ 30,00	R\$ 1.800.00







	TOTAL				
15	SERVIÇOS DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$ 20,00	R\$ 1.600,00
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00

### 4.1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para o início dos serviços será imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviços, respondendo a futura contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

A execução do contrato será acompanhada pelo "Fiscal do Contrato", a quem caberá a responsabilidade pela fiscalização desta execução e pelo atestado de conformidade dos bens e serviços entregues para que se processe o pagamento, e será designado em momento oportuno.

O representante da Sec. Finanças, Fazenda e Receita, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio, através do Relatório de Execução de Serviço as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, deverá comunicar imediatamente o fato ao seu superior administrativo, para ratificação.

A futura contratada aceitará todas as condições, métodos e processos de inspeção e controle adotados para fins de fiscalização pela Secretaria Municipal de Finanças, Fazenda e Receita, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações, por escrito se solicitado, julgados necessários ao bom desempenho contratual.

A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto deste Termo de Referência não exclui ou atenua a responsabilidade da futura contratada, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### 5. DAS RESPONSABILIDADES

A futura contratada é responsável por danos causados por si e à contratante ou a terçeiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela Secretaria Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.

5





6. FONTE DE RECURSO ADMISTRAÇÃO GERAL

Exercício	2022	\$
Poder	Poder Executivo	2
Órgão	Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão	02.00
Unidade Orçamentária	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	4.122.0052.2006.0000
/Atividade	Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças	4.123.0054.6082.0000
	Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos	4.122.0052 2026.0000
	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	10.122.0052 2030.0000
	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.244.0052.2040.0000
	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	12.122.0403.2019,0000
Natureza da despesa	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	33.90.39.00
Fonte de recursos	próprios	001.001

6.1. Os proponentes concorrentes devem apresentar como habilitação, comprovação através de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

### 7. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

7.1. Secretaria Municipal de Administração

### 8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O cumprimento das obrigações constantes da licitação será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor de Fiscalização indicado pela Secretaria Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.
- 8.2. O representante da Prefeitura Municipal de Governador de Edison Lobão/MA, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços, objeto deste processo, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

7



Processo: Other

#### 9. DO PAGAMENTO

9.1. Após aceitação e ateste de recebimento definitivo dos serviços efetuado na Nota Fiscal, o pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias, após a prestação dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos e da Dívida Ativa Estadual; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, médiante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e Certidão Negativa Criminal de 1º Grau TJ/MA.

O pagamento será efetuado diretamente na conta que o prestador de serviço apresentar em sua proposta.

#### 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 Os valores apresentados pela contratada deve estar condizente com os preços praticados no mercado, contento custos unitários e totais. As quantidades a serem contratadas estão especificadas neste Termo de Referência, podendo haver ajustes das mesmas quando da contratação.

### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA.

- 11.1. Caberá a Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA.
- a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços adquiridos;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato;
- d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido;

H





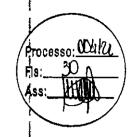
- e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços atestados.
- e) Aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

### 12. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 12.1. Além dos casos comuns, implícitos ou expressos no Contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente à Contratada:
- a) manter preposto, aceito pela administração da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
- b) informar ao Chefe do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
- e) cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
- f) comunicar fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à aquisição dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

2





- g) não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado com a Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA.
- h) prestar os serviços nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;
- i) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA.
- j) a contratada será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

### 13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta no art. 24; inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, alterada pelo decreto nº 9412, de 18 de junho de 2018, e demais normas pertinentes.

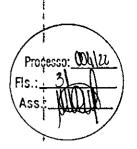
Governador Edison Lobão (MA), 24 de janeiro de 2022.

João Victor Castro Sobral

Secretário Municipal de Administração



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBAO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA CNPJ Nº 01.597.627/0001-34



"APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA"

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes e na qualidade de Ordenador de Despesas, APROVO o presente Termo de Referência.

Governador Edison Lobão (MA), em 26'de janeiro de 2022.

FABRICIO DOS SANTOS SILVA

Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita



#### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBAO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA CNPJ Nº 01.597.627/0001-34



### AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do Art. 38 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **AUTORIZA:**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, por meio de Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com Processo Administrativo nº 004/2022, conforme art. 24, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para o OBJETO a seguir especificado conforme os dados adiante com o objetivo de instruir processo.

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0052.2006.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração: 4,123,0054,6082,0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças; 4.122.0052 2026.0000 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Úrbanos; 10.122.0052 2030.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde: 08.244.0052.2040.0000 -Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social; 12.122.0403.2019.0000 - Manutênção da Secretaria Municipal de Educação.

NATUREZA DA DESPESA: 33,90,39,00 — Outros serviços de terceiros pessoa jurídica CATEGORIA ECONÔMICA: 001.001 – Próprios

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

Governador Edison Lobão - MA, 26 de janeiro de 2022.

Fabricio dos Santos Silva

Weec. Mun. de Fazenda e Finanças

Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.



### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO – MA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CNPJ: 01.597.627/0001-34



#### JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos, do Processo Administrativo nº 004/2022, o Ato de designação do Presidente da CPL e os Membros, PORTARIA Nº. 009/2022.

Governador Edison Lobão - MA, 28 de janeiro de 2022.

Iltomar, Mesquita Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitações







### AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Pelo presente instrumento, AUTUO o Processo Administrativo Nº 004/2022, contendo a solicitação, datada de 07 de janeiro de 2022, que deu origem ao presente processo nas condições abaixo:

### DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo nº 004/2022.
- Dispensa de Licitação, nos termos Art. 24, inciso II da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.
- Requisitante: Secretaria Municipal de Administração

### DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**Descrição:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

#### ESTIMATIVA DO VALOR

- O preço considerado como estimativa para o objeto, foi determinado com base na média aritmética simples baseado em preços praticados no âmbito público através de prestadores de serviço do ramo. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos e quarenta reais).

### CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas para atender ao objeto desta licitação serão classificadas na seguinte ação:

**ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão **UNIDADE:** Secretaria Municipal de Administração

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0052.2006.0000 — Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; 4.123.0054.6082.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças; 4.122.0052 2026.0000 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos; 10.122.0052 2030.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 08.244.0052.2040.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social; 12.122.0403.2019.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica CATEGORIA ECONÔMICA: 001.001 – Próprios

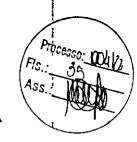
Governador Edison Lobão, 28 de janeiro de 2022.

Iltomar Mesquita Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Altanor mesquita







#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022

**RESUMO:** A realização do Processo Administrativo para aquisição deste objeto se justifica em face ao interesse público de executar a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, para o desempenho regular das atividades praticadas no ambiente da Administração Pública.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

#### FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA

Art. 24. É dispensável a licitação:

Inciso II — para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Governador Edison Lobão (MA), em 28 de janeiro de 2022.

Iltomar Mesquita Lima

Tomo Rue swante da GPL

O 009/2022

ILTOMAR MESOUITA LIMA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBAO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CNPJ № 01.597.627/0001-34



SOLICITAÇÃO DE POCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E I	PROPOST	A DE
PRECOS	<u>:</u>	

À Empresa;

VR DOS SANTOS BORRACHARIA

CNPJ: 11.708.589/0001-01

ENDEREÇO: ROD BR-010 AUTO ESTRADA - CEP: 65928-000

CIDADE: Governador Edison Lobão/MA

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

Prezada,

Solicitamos que envie proposta de preços e documentação a esta Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão - MA, para a contratação de empresa especializada pára prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA. O valor estimado para execução dos serviços é de R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos e quarenta reais).

O prazo para prestação dos serviços será da assinatura do contrato até os 60 dias subsequentes, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

A proposta de preços deverá especificar os serviços, quantidade, valor total da proposta, forma de pagamento, prazo de prestação dos serviços e o prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, conforme modelo constante do **Anexo II**.

Deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preços, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada ou a ser autenticada, os documentos exigidos no item 01 do Anexo I.

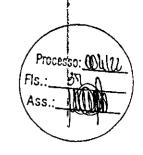
Ao ensejo, envio protestos de estima, consideração e apreço.

Governador Edison Lobão - MA, 31 de janeiro de 2022.

Iltomar Mesquita Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RECEBIDO EM	/	/2021.	
RESPONSÁVEL:			
	A	ssinatura	_





#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2022

#### ANEXO I FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

O Proponente deverá apresentar toda a documentação de Habilitação le Proposta de Preços:

#### 01. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 01 "documentação" deverá conter os seguintes documentos:
- 1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- 1.1.1 Documentos Pessoais RG E CPF;
- 1.1.2 Comprovante de Endereço;

#### 1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 1.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física;
- **1.2.2**Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, relativa ao domicílio ou sede do Licitante através de:
  - a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.
- 1.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do Licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data da solicitação de documentos de habilitação, mediante apresentação de:
  - a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais.
  - b) Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa do Estado;
- 1.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do Licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes da data da solicitação de documentos de habilitação, mediante apresentação de:
  - a) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
  - b) Certidão Negativa da Dívida Ativa,
  - c) Alvará de Localização e Funcionamento.





- 1.2.5 Prova de Regularidade Relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, comprovada mediante a apresentação de:
  - a) Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal CEF.
- 1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante à apresentação da:
  - a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- 1.2.7 Certidão Negativa de Ações Penais 1º Grau TJ/MA;

#### 02. PROPOSTA DE PREÇOS

- 2.1 01 (uma) via, Proposta de Preços datilografada ou impressa por qualquer meio usual, em papel timbrado do Licitante, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores, devidamente datada e assinada por representante legal da Licitante, numerada sequencialmente, com o seguinte conteúdo:
- a) Carta Proposta com qualificação do Licitante, com indicação do nome, endereço, CNPJ/MF, telefone/fax, e-mail, etc., assinada por diretor ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), em papel timbrado, identificando os serviços a que a Empresa está concorrendo, o número da dispensa, o prazo de execução e-o preço global proposto para os serviços, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, conforme modelo apresentado no Anexo II.
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura das propostas.
- f) O Prazo para prestação dos serviços será contado a partir da Emissão da Ordem de Serviço emitida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO MA.





#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022 ANEXO II

#### MODELO DE RESUMO DE PROPOSTA

Α

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO.

Referente: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias a nossa proposta relativa a dispensa de licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos.

1. PROPONENTE:

RG:

CPF:

5

6

ENDEREÇO:

2. PROPOSTA DE PREÇOS: VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

PNEU 90.90 – 18 VULCANIZAÇÃO

PNEU 90.90 - 18 TROCA

## PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PRECOS)

RELAÇÃO DE SERVIÇOS

#### SERVICOS DE BORRACHARIA UNIDADE QUANTIDADE VALOR UNIT VALOR TOTAL Nº ITEM ITEM PNEU TRATOR GRANDE COM UNIDADE 14 1 RS Ŗ\$ ÁGUA CONSERTO PNEU DE TRATOR GRANDE SEM UNIDADE 2 12 ŔS RS ÁGUA CONSERTO PNEU 2.75 – 18 VULCANIZAÇÃO UNIDADE 3 12 Ŗ\$ R\$PNEU 2.75 - 18 TROCA UNIDADE 12 4 ŔS RS

UNIDADE

UNIDADE

12

12

R\$

RS

Ŗ\$

ķs.





TOTAL					
15	SERVIÇOS DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$	Ř\$
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$	Ŗ\$
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	R\$	Ŗ\$
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	R\$	R\$
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MÉDIO ARO 18	UNIDADE	60	R\$	R\$
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	R\$	ķ\$
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	R\$	RS
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	R\$	R\$
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	R\$	ks

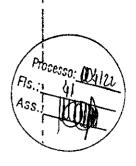
- 3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
- 4. PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:
- 5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
- 6. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Atenciosamente,

Local ( ),de	de 2022.
(Nome e Assinatura, com a devida o	nualificação. RG e CPF ou CNPJ)



#### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO – MA CNPJ: 01.597.627/0001-34



### JUNTADA DE DOCUMENTOS E CERTIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Junto aos autos, do Processo Administrativo nº 004/2022, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2022, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apresentados para contratação.

Certifico que os documentos juntados estão de acordo com as diretrizes da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo, portanto, a futura contratada com os requisitos legais de habilitação.

Governador Edison Lobão/MA, 04 de fevereiro de 2022.

Iltomar Mesquita Lima

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Extelior Secretaria de Comércio e Serviços Departamento Nacional de Registro do Comércio

## REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	DO REGISTRO DE EMP	RESA - N	IIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL	(preencher so	mente se ato referente a filial)		FOIIIAS 1/
59.6 53.6	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				[ xxxxxxxx	CXXXXX	2 2 -		
	NOME DO EMPRESARIO (CO) VALDEIR RODF			ros	, ,	-		P;	ocesso: 004/22
	NACIONALIDADE BRASILEIRA				ESTADO CIVIL CASAD	0		///s Ass	
	MXF.	REGIME DE BEI	is(se ces IHÃO	<sup>ado)</sup> PARCIAL	····			1	
	FILHO DE (pai) ANTONIO MART		TOS		(mäe) LUIZA R	ODRIGU	ES DOS SANTÓS	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	NASCIDO EM (data de nascim 11/10/1967		078	7328979	órgão emissor SSP		uf MA	CPF(número) 282.532.2	l 213-04
	EMANCIPADO POR (forma de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		no caso	de menor)				-	
	RUA DUQUE DI					···	•	NÚMERO 114	
	COMPLEMENTO  XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	"		BAIRRO/DISTRITO CENTRO			65.928-000		(DM INC PIQ (Usoda aiga))
	MUNICIPIO GOVERNADOR	EDSON LOBA	Ŏ.					B 1 1 7 8 7 8	UF LMA
C	outro registro de el	mpresário e rec	juer à	mpedido de exercer atl JUNTA COMERCIAL D	vidade empre O ESTADO DO	sária, que MARAN	e não possui HÃO	.,	
	CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO			CÓDIGO DO EVE		DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX		
j	CÓDIGO DO EVENTO  XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	NTO		CÓDIGO DO EVE		DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXXX	····	
	NOME EMPRESARIAL V.R. DOS SANT	OS BORRACI	-IARI/	1					
	LOGRADOURO (rua,ev, etc) RODOVIA BR 01	0			<u>-</u>			NÚMERO S/N	
	COMPLEMENTO ANEXO AO POSTO	RIBEIRAOZINE	10	BAIRRO/DISTRITO AUTO ESTRADA			65.928-000,	CODICO	C MUNICIPIO (Na Comercial);
	MUNICIPIO GOVERNADOR	EDSON LORA	 .O	UF PAIS	ASIL		ETRONICO (E-MAIL)		
	VALOR DO CAPITAL - R\$ 5.000,00	VA	LOR DO	CAPITAL - (por exteriso) MIL REAIS	NOIL	XXXXXXX	<u> </u>		
	CÓDIGO DE ATIVIDADE DE ECONÔMICA	SCRIÇÃO DO OBJETO				· · · ·			<u>.                                    </u>
	Atividade Principal	SERVIÇOS DE	BOF	RACHARIA PARA VE	ICULOS AU	ГОМОТС	DRES		
	4520006 Atividade secundária								
	XXXXXXX								
•	*XXXXXXX								
	XXXXXXX & XXXXXXX	200							
	XXXXXXX  DATA DE INICIO DAS ATIVIDAE	Sy Ory	) DC INE	CRIÇÃO NO CNPJ TRANSF		· >		Rock Such and	
	XXXXXXXXXXXX	ES/G OS S DEPREN	<b>k</b> .	NIRE AN	ERÊNCIA DE SEDE C TERIOR XXXXXXXXX	U DE FILIAL D	E OUTRA UF UF	USO DA J TIÉPENCE AUTORIZI GOVERNA	INTA COMERCIAL  NTE DE LETE SAN  SAO : TE SAN
	ASSINATURA DA FIRMA PELO	EMPRESARIO (ou pela	Œ	gntb(gssistente/gerente)	R	00	1/1/4/0	1 /	3-74-7-13-7-140° N
	DATA DA ASSINATURA	/ IASSINA	ン <u>ン</u> TURA DO	EMPRESARIO	1>0	<u> </u>	HUNAK	1 14	
	22/01/2010 / PARA USO EXCLU		<u>//</u> 0	ldus Ro	& NC	ر بال	205' San	10 C	
	DEFERIDO.	7 (/	P Residen	TENTICAÇÃO	, PUGEM	CER SOB	A COMERCIAL DO ESTAI TIFICO O REGISTRO EI/108 O NÚMERO: 21101709410	00 BO MARAN 03/2010	HÃO CO
	PUBLIQUE-S# E	ARQUIVE-SE				Proto	colo: 10/009226-8  DOS SANTOS BORRACHAF		JUCEMA
4	Carried Paris	(1) (2) (1) (2) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1					LE LE TALL	**************************************	
	Income-An () タイクタブ	200				* **	MARCIO PATRICIO S CHIFFE DO ESC. REG. DE II	OUZ <b>ATO</b>	064347
	ر العبرورة الماس ب	<u> </u>	1		MANUS TO THE	D)		C	~してひせ! 、 。



### ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO SECRETARIA JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO



### CERTIDÃO DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO a faculdade que me confere a Lei, CERTIFICO a requerimento por escrito de pessoa interessada que, dando busca nos livros e sistemas de DISTRIBUIÇÃO de feitos, referentes à FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, até a presente data, NÃO CONSTATEI a existência de qualquer processo/distribuição dessa natureza em desfavor da pessoa Jurídica: V. R. DOS SANTOS- BORRACHARIA, empresa estabelecida na cidade de Governador Edison Lobão, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ Nº 11.708.589/0001-01.

Certifico, ainda, que a Secretaria Judicial a meu cargo é a única existen	ite nesta
cidade e Comarca de Imperatriz-MA. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e pa	assada a
presente certidão nesta Secretaria, cidade e Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão. É	ı, Arlete
dos Santos Sousa Martins, , Auxiliar Judiciário, matrícula 116236, digite	i e datei.
Eu, Edilene Bandeira de Araújo, Distribuidora Judicial desta Comarca, matrícula 180885, șu	ubscrevo
e assino.	
e assino.	

Imperatriz/MA, 10 de janeiro de 2022

LUDMYLLA RAINOS DE SOUSA Secretária Judicial Substituta da Distribuição

N° da GUIA: 22.053.601.001.139.401-5 - Valor: R\$ 56,72 - Selo: ONEROSO

Obs.: Esta Certidão Judicial é válida por 60 (sessenta dias), emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor, conforme os artigos 198 e 199 do Código de Normas.

Fórum Ministro Henrique de La Roque Almeida

Voltar

**Imprimir** 





### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.70

11.708.589/0001-01

Razão Social: V R DOS SANTOS BORRACHARIA

Endereço:

ROD BR 010 / AUTO ESTRADA / GOVERNADOR EDISON LOBAO / MA /

65928-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/01/2022 a 31/01/2022

Certificação Número: 2022010200534049167539

Informação obtida em 11/01/2022 14:52:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: V. R. DOS SANTOS - BORRACHARIA

CNPJ: 11.708.589/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federatiγo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>0</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 18:25:27 do dia 27/11/2021 <hora e data de Brasília>. 

Válida até 26/05/2022.

Código de controle da certidão: 6A65.E0D4.6A9B.2AE1 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Processo: Walli

#### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: V. R. DOS SANTOS - BORRACHARIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.708.589/0001-01 Certidão n°: 724500/2022

Expedição: 11/01/2022, às 14:55:50

Validade: 09/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que V. R. DOS SANTOS - BORRACHARIA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 11.708.589/0001-01, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

Nº Certidão: 003609/22 Data da Certidão: 11/01/2022 14:56:21

CPF/CNPJ 11708589000101 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, bistanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 11/05/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 11/01/2022 14:56:21



## GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 002105/22

Data da Certidão: 11/01/2022 14:59:10

CPF/CNPJ CONSULTADO: 11708589000101

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 11/05/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 11/01/2022 14:59:10

NÚMERO DE I	

### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

ATIVA 08/03/2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.708.589/0001-01 MATRIZ		E INSCRIÇÃO E DE CADASTRAL	SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 08/03/2010
BORRACHARIA RIBEIRAOZINHO  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  NÃO Informada  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)  COGRADOURO ROD BR 010  DEP 55.928-000  BAIRRO/DISTRITO AUTO ESTRADA  MUNICÍPIO GOVERNADOR EDISON LOBAO  MA  ENDERÊÇO ELETRÔNICO  TELEFONE (99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  STUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		RRACHARIA			
45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS  NÃO INFORMADA  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)  COGRADOURO ROD BR 010  BAIRRO/DISTRITO AUTO ESTRADA  TELEFONE (99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  *****  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA					
Não informada  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)  COGRADOURO ROD BR 010  SN  COMPLEMENTO SN  WUMERO SN  COMPLEMENTO SS, STANDA  MUNICÍPIO GOVERNADOR EDISON LOBAO  TELEFONE (99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL O8/03/2010  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL O8/03/2010			tomotores		
213-5 - Empresário (Individual)  LOGRADOURO ROD BR 010  CEP 65.928-000  BAIRRO/DISTRITO AUTO ESTRADA  MUNICÍPIO GOVERNADOR EDISON LOBAO  TELEFONE (99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2010		/IDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	5		
ROD BR 010  CEP 65.928-000  BAIRRO/DISTRITO AUTO ESTRADA  MUNICÍPIO GOVERNADOR EDISON LOBAO  TELEFONE (99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2010				-	
AUTO ESTRADA  GOVERNADOR EDISON LOBAO  TELEFONE (99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2010					
(99) 8829-9666  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  SITUAÇÃO CADASTRAL  ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  08/03/2010	1 1-			R EDISON LOB	AO UF MA
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2010	INDEREÇO ELETRÓNICO				
08/03/2010 C		EL (EFR)			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
	MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	ÄL		·	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/01/2022 às 15:11:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

FÁCTI MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC Junta Comercial do Estado do Maranhão



### **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

#### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

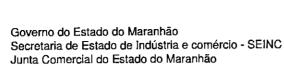
Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquívados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

	nesia Junta Cor	nercial e são vigentes na data da sua expedição.	j
Nome Empresarial: V. R. D Natureza Jurídica: Empresa	OS SANTOS BORRACHARIA - ME ário (Individual)		Protocolo: MAC2201664851
NIRE (Sede) 21101709410	CNPJ 11.708.589/0001-01	Arquivamento do Ato de Inscrição 08/03/2010	Início de Atividade 08/03/2010
Endereço Completo Rodovia BR 010, Nº S	s/N, ANEXO AO POSTO RIBEIF	iÃOZINHO, AUTO ESTRADA-Governador Edison Lobão/MA	- CEP65928-000
jeto SERVIÇOS DE BORF	RACHARIA PARA VEÍCULOS A	UTOMOTORES.	į
Capital R\$ 5.000,00 (cinco mi	I reais)		Porte ME (Microempresa)
Último Arquivamento Data 08/03/2010	Número 20100113532	Ato/eventos 315 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	Situação ATIVA Status SEM STATUS
Nome do Empresário Identidade: 0787328979 Estado civil: CASADO(A)	: VALDEIR RODRIGUES DOS	SANTOS ÉPF: 282.532-213-04 Regime de bens: Comunitato Parcial	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 1701/2022 às 16:30:38 (horário de Brasília). Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresaracil.ma.gov.br, com o código EJEBDZ19.



Ricardo Diniz Dias





### CERTIDÃO ESPECÍFICA

#### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que V. R. DOS SANTOS BORRACHARIA - ME encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:

Protocolo: MAC2201665084

NIRE 21101709410 CNPJ 11.708.589/0001-01

FACIL HARANKAO

Situação
ATIVA
Status
SEM STATUS

pdereço Completo BR 010, № S/N, ANEXO AO POSTO RIBEIRÃOZINHO, AUTO ESTRADA - Governador Edison Lobão/MA - CEP 65928-000

**Arquivamentos Posteriores** 

Ato

Número

Data

Descrição

080 315 21101709410 20100113532 08/03/2010 08/03/2010 INSCRIÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Esta certidão foi emitida automaticamente em 11/01/2022, às 16:31:07 (horário de Brasília). Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.ma.gov.br, com o código N3LBJAE5.







### ESTADO DO MARANHÃO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBAO SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA CNPJ: 01597627000134

Nº do Alvará: 16		
	6/2022	Exercício: 2022
Inscrição Municipal:	411	Processo; will
Contribuinte:	V.R DOS SANTOS - BORRACHARIA - ME	FIS.:
Nome Fantas.:	BORRACHARIA RIBEIRAOZINHO	
CPF/CNPJ:	11708589000101	· Williams
RG/Inscrição Estadu	al:	
Endereço:	ROD BR 010, SN - AUTO ESTRADA	
Complemento:		de region de la constante de l
Serviços de borrachar	ria para veículos automotores	
Horário de Funcional Meío de Seman Das: 00:00:00 Até: 00	a Sábado Domi	_
Observações:		
Pelo dos	umento de arrecadação datado de 12/01/2022 ref	erente a Taxas de Licença e verificaç
Fiscal para Localizaç	ção de seu estabelecimento durante o exercício a dson Lobão, Lei nº 019/2014 de 01 de dezembro d GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA, 12/	de 2014.
Fiscal para Localizaç Tributário de Gov. E	dson Lobão, Lei nº 019/2014 de 01 de dezembro d	de 2014.
Fiscal para Localizaç	dson Lobão, Lei nº 019/2014 de 01 de dezembro d	de 2014.
Fiscal para Localizaç Tributário de Gov. E Constituta de Gov. E Constituta de Abertura de Constituta de Cons	dson Lobão, Lei nº 019/2014 de 01 de dezembro d	de 2014.

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

**DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS** 

RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO

CNPJ: 01597627000134



#### CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de GOVERNADOR EDISON LOBÃO, a requerimento da pessoa interessada V.R DOS SANTOS - BORRACHARIA - ME, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos inscritos em dívida ativa com os cofres públicos municípais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 12/05/2022, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:

000285

Inscrição Municipal: 411

Contribuinte:

V.R DOS SANTOS - BORRACHARIA - ME

CPF/CNPJ: 11708589000101

Nome Fantasia:

**BORRACHARIA RIBEIRAOZINHO** 

Complem:

Endereco: Ваілто:

ROD BR 010, SN **AUTO ESTRADA** 

CEP: 65928000

Cidade:

**GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA** 

Inscrição Est.:

Data de Abertura: 08/03/2010

Data de Encerramento: 0

--- Atividade(s) CNAE -

Serviços de borracharla para velculos automotores

12/01/2022 08:26:10

Validade:

12/05/2022

Usuário:

Número/Controle da Certidão: 69D61944F3B7F064

LEONARDO OLIVEIRA LIMIA **CHEFE DE TRIBUTOS** 



### PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

#### **DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**

RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO

CNPJ: 01597627000134

#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

A Prefeitura Municipal de GOVERNADOR EDISON LOBÃO, a requerimento da pessoa interessada V.R DOS SANTOS - BORRACHARIA - ME, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municípais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 12/05/2022, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:

000285

Inscrição Municipal: 411

Contribuinte:

V.R DOS SANTOS - BORRACHARIA - ME

CPF/CNPJ: 11708589000101

CEP: 65928000

Nome Fantasia:

**BORRACHARIA RIBEIRAOZINHO** 

Complem:

Endereço: Bairro:

Cidade:

ROD BR 010, SN

**AUTO ESTRADA GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA** 

Inscrição Est.:

Data de Abertura: 08/03/2010

Data de Encerramento: 0

Atividade:

Serviços de borracharla para veículos automotores

Atividade(s) CNAE -

Serviços de borracharia para velculos automotores

Emissão:

12/01/2022 08:25:49

Validade:

12/05/2022

Usuário:

**LEO** 

Número/Controle da Certidão:

AA7C7F8716335CEB

Leonardo Oliveira Lima Chale de Tributos

Port. 053/2021



ESTADO DO MARANHÃO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDSON LOBÃO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Rua Urbano Rocha, sn Centro, CEP n° 65.928-000, Governation Edison Lobão - MA.



#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Governador Edson Lobão — MA, Pessoa Jurídica regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ. 01.597.627/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GERALDO EVANDRO BRAGA DE SOUSA, atesta para os devidos fins, sob as penas da lei que a empresa V R DOS SANTOS BORRACHARIA, CNPJ: 11.708.589/0001-01, Prestou Serviço com excelência, referente ao Contrato de Dispença do ano de 2021 de forma satisfatória.

Por fim, declaramos que a empresa V R DOS SANTOS COMERCIO - ME, CŅPJ: 11.708.589/0001-01, prestou serviço a este Órgão não havendo nada em nossos arquivos que possa desabonar a sua capacidade técnica Administrativa.

Governador Edson Lobão – MA, 12 de janeiro de 2022.

GERALDO EVANDRO BRANDA OF 28 OUSA



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS CNPJ: 01697627000134

RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO

Rol Cadastral do Mobillário - Completo: ( Cadastro: '000285','000285' )

Data Emissão: 12/01/2022 Hora: 11:42:09 Exercício: 2022 Usuário: LEO Página(s): Lde 1

Processo: 00417

FICHA CADASTRAL DO MOBILIÁRIO

CONTRIBUINTE

Código::

000525

Nome:

V.R DOS SANTOS - BORRACHARIA - ME

**BORRACHARIA RIBEIRAOZINHO** 

CNPJ: PIS/NIT: 11708589000101

Nome Fant .: Endereço:

**ROD /BR 010** 

SN

65928000 CEP:

Complemento:

Ваілто:

**AUTO ESTRADA** 

Estado: MA

Cidade:

GOV. EDISON LOBÃO

**ESTABELECIMENTO** 

Cadastro:

000285

Endereço:

**ROD BR 010** 

No-SN CEP. 65928000

Bairro:

**AUTO ESTRADA** 

Complemento:

Cidade:

Estado:

MA

Агеа:

**GOVERNADOR EDISON LOBÃO** 

Insc Estadual:

Insc Municipal:

Nº Empregados:

Região:

Horário de Funcionamento: Das: Até

DADOS GERAIS

Abertura:

08/03/2010

0,00

Processo:

Dt.

Nº Reg Pessoal Juridica:

Junta Comercial: Escritório:

Data:

Email Esc:

Fone Esc:

Situação:

01 - Ativo

Tipo da Empresa:

**EMPRESARIO INDIVIDUAL** 

Tipo ISS:

03 - Sobre Faturamento

Capital:

Tipo de Cadastro: EMPRESA

Processo:

Optante SN:

Regime Especial: Microempresário (ME)

Exigiblidade ISS: Exigíve!

Atividade:

Serviços de borracharia para veículos automotores

Código 000014

4520006

identificador «Tipo 14.00

01 - Prestação de

Atividade Serviços relativos a bens de terceiros Ötde

Flm

Inicio -

Recauchutagem ou regeneração de pneus

Principal Atividade chae Código

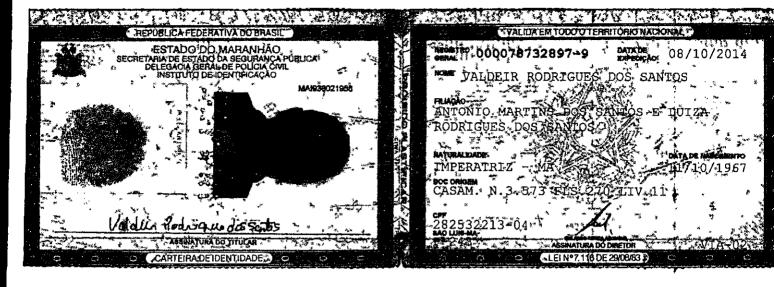
Serviços de borracharia para veículos automotores

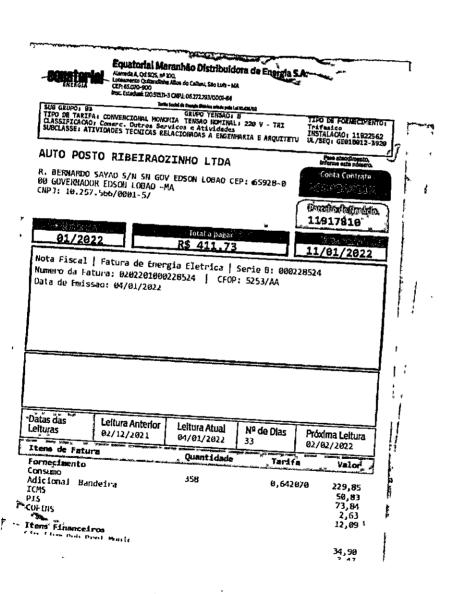
Data Emissão Data Validade Código Alvara Exercicio Descrição ALVARA DE LICENCA 02/05/2017 160 2017 31/12/2017 2019 ALVARA DE LICENCA 28/02/2019 46 31/12/2019 23 2020 ALVARA DE LICENCA 30/01/2020 31/12/2020 ALVARA DE LICENCA 7 2021 07/01/2021 31/12/2021 16 2022 ALVARA DE LICENCA 12/01/2022 31/12/2022

Leonardo Olive

PM DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO,

Chete de Tributos Port. 053/2021





Processo: Wally
Fis.: 5
Ass.:





### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO CERTIDÃO NEGATIVA

DE

#### LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: V. R. DOS SANTOS - BORRACHARIA

CPF/CNPJ: 11.708.589/0001-01

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:48:45 do dia 17/01/2022, com validade de trinta dias a contar da . emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <a href="https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5">https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5</a>

Código de controle da certidão: 0C97170122134845

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Processo: 00410 Fis.: 50

## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA

#### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO** 

Contrato Administrativo nº \_\_\_/\_\_\_ Processo Administrativo nº \_\_\_/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA E A EMPRESA VR DOS SANTOS BORRACHARIA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE BORRACHARIA PARA OS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA.

O Município de Governador Edison Lobão, através da Secretaria Municipal de Finanças, Fazenda e Receita, CNPJ nº 01.597.627/0001-34, com sede na cidade de Governador Edison Lobão/MA, Estado do Maranhão, situada na rua Imperatriz II, nº 800, Centro, CEP: 65928-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita o Sr. FABRÍCIO DOS SANTOS SILVA, brasileiro, portador do RG: \*\*\*\*\*\*\*\*\* SSP/MA e CPF nº \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, a empresa XXX, RG: XXX, estabelecida na rua XXX, nº: XXX, Bairro: XXX, CEP: XXX, de agora em diante denominada CONTRATADA, pactuam o presente contrato com base no Processo Administrativo nº 004/2022, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2022, devidamente autorizado pelo Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita fundamentado inciso, II, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, alterada pelo decreto nº 9412, de 18 de junho de 2018 e demais legislações aplicáveis; e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, devendo ser executado de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO



Processo: Obling Fis.; GO Ass.:

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato e aos documentos adiante enumerados, colacionados ao Processo Administrativo nº 143/2021 e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição. Termo de Referência:

DISPENSA nº 059/2021-CPL/GEL;

Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimento da dispensa licitação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICAVEI

O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

Constituição Federal de 1988,

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pelo decreto nº 9412, de 18 de junho de 2018, bem como suas alterações posteriores; e, subsidiariamente.

Instrução Normativa nº 005/2014 SLVI/MPOG, enquanto parâmetro de boa prática; demais normas regulamentares aplicaveis à materia; subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Codigo de Defesa do Consumidor).

Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigorará até os 60 dias de execução, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato. O prazo de vigência expirará no final deste exercício, considerando o princípio da anualidade orçamentária.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de início dos serviços será imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADOS documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;



Processo: 1041
Fis.: Gi

## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA

d) receber provisória e/ou definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho:
- c) manter-se, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;
- d) prestar, sem quaisquer ômis para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis.
- e) responder pelos serviços que entregar, na forma da legislação aplicável;
- f) iniciar e concluir a entrega dos serviços nos prazos estipulados;
- g) atender a todos os ditames da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis.

#### CLÁUÇULA SÉTIMA; DO VALOR TOTAL ESTIMADO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ XXXXX, conforme descrito na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	'VALOR TOTAL
01		SERVIÇO	01		
	TOTAL			,	

No valor acima estão incluídos todas os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA: PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os respectivos preços unitários e totais, constantes na cláusula sétima deste Contrato:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os documentos fiscais referentes aos serviços prestados deverão ser emitidos e entregues até o 3º dia útil, após a data de emissão, no Setor financeiro da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão/MA, situada na Rua Imperatriz II, Nº 800, Centro — CEP: 65.928-000 — Gov. Edison Lobão — MA, acompanhados da Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, Certidãos Negativas Estaduais e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Criminal TJ/MA.





PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento do prazo limite para emissão e entrega dos documentos fiscais, disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, altera automaticamente a condição de pagamento original, que passa a ser de 30 dias fora o mês de emissão do documento fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ausência da apresentação das certidões mencionadas no PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela devida, que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

## CLÁUSULA NONA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado fielmente, preferencialmente no prazo mínimo de tripta dia e máximo de 60, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimpleme pelas consequências da inexecução total ou parcial. PARÁGRAFO PRIMERO: A execução do contrato será acompanhada pelo "Fiscal do Contrato", a quem caberá a responsabilidade pela fiscalização desta execução e pelo atestado de conformidade dos bens e serviços entregues para que se processe o pagamento, e será designado em momento oportuno.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O representante da CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio, através do Relatório de Execução de Serviço as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, dever á comunicar imediatamente o fato ao seu superior administrativo, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA declara aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção e controle adotados para fins de fiscalização pela CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações, por escrito se solicitado, julgados necessários ao bom desempenho contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados por si e à CONTRATANTE ou à terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.





### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstâncias supervenientes, nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADM INISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou eximinal que couper, assegurado o contraditorio e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades.

a) advertência, que podera ser aplicada quando houver, em especial:

a.1) - execução insatisfatoria ou pequenos transtornos ao desenvolvimento da entrega dos produtos desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

b) multa;

- b.1) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, ou sobre o valor referente à fração do objeto do contrato não executada na forma solicitada, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. No caso de reincidência, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), porcentagem esta que será a aplicada em caso de inexecução total do contrato;
- b.2) Em caso de inexecução total do compromisso, ensejará na rescisão unilateral e será aplicada a multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.
- b.3) Multa de 1% (um por cento) se houver atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, a ser calculada por dia que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato à época ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com la Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:
  - c.1) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
  - c.2) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
  - c.3) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
  - c.4)- irregularidades que ensejem a rescisão contratual;



Fis.: 64

Processo: 104/71

- c.5)- condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c.6) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- c.7) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a Contratada idoneidade para contratar com a Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a deninistração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- d.1) A declaração de inidencidade poderá ser proposta a Secretária Municipal de Finanças, Fazenda e Receita, quando constitada a ma-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos, inclusive apresentação de documentos falsos ou falsificados ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo a CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo a CONTRATADA do pagamento à CONTRATANTE das perdas e danos resultantes das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUARTO: Eventuais débitos ou penalidades, aplicadas à CONTRATADA após o devido procedimento, poderão ser ressarcidos por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vencidos que a CONTRATADA tenha la receber da CONTRATANTE, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a CONTRATANTE, ou ser cobrado administrativa ou judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo da suspensão será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SEXTO: Será remetida à Secretário Municipal de Finanças, Fazenda è Receita, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.



Processo: Walka Fis.: 65 A Ass.: William

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO

A ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.66/93 inclusive o não cumprimento das obrigações assumidas no presente termo, autorizam, desde já; a CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente ide interpelação judicial, sendo aplicavel, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de compras, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

PARAGRAFO SECUNDO: Na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados, cuja cobrança se fará administrativa ou judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CONTRATANTE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei, sendo que a rescisão por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA será processada na forma prevista na cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO ÚNICO: A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO UNILATERAL PELA CONTRATADA

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória, a impossibilidade de a CONTRATADA suspender a entrega dos produtos em virtude de inadimplência no pagamento pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade das entregas, deverá ser requerida judicialmente, mediante



Processo: WWW
Fis.: 66
Ass.:

## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA

demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO RECURSO AO TODICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuizos que a execução do contrato tenha acarretado, que não comportarem cobrança amigável, serão cobradas judicialmente.

PARAGRAFO ÚNICO: Paso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do debito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários advocatícios, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral Municipal, cujos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho, conformé especificados abaixo:

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0052.2006.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; 4.123.0054.6082.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças; 4.122.0052 2026.0000 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos; 10.122.0052 2030.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 08.244.0052.2040.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social; 12.122.0403.2019.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 — Outros serviços de terceiros pessoa jurídica CATEGORIA ECONÔMICA: 001.001 — Próprios

Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Processo: @A171,
Fis.t. 69
Ass.:

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Governador Edison Lobão/MA, xx de xxxxx de 2022

FABRICIO DOS SANTOS SILVA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA CONTRATANTE





Ilmo. Sr. Sr. Lucas Henrique Gomes Bezerra Procurador Geral do Município

Prezado Senhor,

Estamos encaminhamos em anexo a essa egrégia Procuradoria Municipal os autos do processo administrativo nº 004/2022, para Parecer Jurídico da Dispensa de Licitação nº 001/2022, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, nos termos do parágrafo único, do Art. 38, Inciso VI da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Sem mais, para o momento, agradecemos e subscrevemo-nos.

Gov. Edison Lobão, 07 de fevereiro de 2022

tio dos Santos

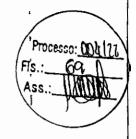
Iltomar Mesquita Lima

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



#### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Gabinete do Procurador-Geral - PGM

CNPI n°. 01.597.627/0001-34



#### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2021/ PGM/PG INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO. ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS DE PEQUENO VALOR POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

> EMENTA: PARECER REFERENCIAL POSSIBILIDADE. Nº DIREITO **ACÓRDÃO** TCU 2674/2014. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. **DISPENSA** DE CONTRATAÇÕES DE **PEQUENO** VALOR. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 24, I OU II, E ART. 23, II, ALÍNEA "A", DA LEI Nº 8.666/93. DESNECESSIDADE DE **EMISSÃO** DE **PARECER** JURÍDICO, RESPEITADOS REQUISITOS DO OS PRESENTE PARECER. EXCEPCIONADA HIPÓTESE DE DÚVIDA JURÍDICA EXPRESSAMENTE INDICADA PELOS SETORES COMPETENTES. PREÉNCHIMENTO CHECKLIST.

### 1. DO PARECER REFERENCIAL – DELIMITAÇÃO E EFEITOS DA PRESENTÉ ANÁLISE JURÍDICA.

Primeiramente, faz-se imperioso ressaltar, neste Parecer qualificado como referencial, o Decreto Municipal de Nº 001/2019, de 16 de janeiro de 2019, que dispôé acerca da competência, da organização e da estrutura da Procuradoria-Geral do Município de Governador Edison Lobão. Nesse sentido, o art. 8º expressa de forma clara as

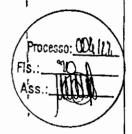
Página 1 de 17

Página 1 de 17



#### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



competências da referida instituição, dentre elas a de fixar orientação jurídico-normativa inclusive nos processos de licitação, *In verbis:* 

Art. 8.º A Procuradoria Geral do Município, sigla PGM, Órgão de Assessoramento, reporta-se diretamente ao Prefeito. Tem por finalidade representar a Prefeitura Municipal, judicial e extrajudicialmente. Tem a função de prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo do Município de Governador Edison Lobão e, para tal, possui as seguintes atribuições:

(...)

IV. emitir pareceres nos processos de licitações, inclusive nos eventuais recursos interpostos por terceiros; (...)

Dessa forma e possuindo competência para tanto, é que se faz indispensável este Parecer referencial, a fim de unificar e consolidar o entendimento desta instituição acerca da necessidade de parecer prévio nas contratações de pequeno valor.

Cabe ressaltar o contexto atual da Procuradoria-Geral do Município de Governador Edison Lobão, em que há um gigantesco volume de processos, políticas públicas a serem analisadas, inúmeras questões complexas e controvertidas a serem sanadas e incontáveis Pareceres a serem feitos, de forma que se toma totalmente dispensável a análise individualizada de processos que envolvam matéria jurídica recorrente e que se amoldem em Pareceres Referenciais, bem como orientação jurídico-normativa.

Nesse sentido, há necessidade extrema de consolidar entendimentos a fim de que haja maior desburocratização. otimização de tempo e energia dos Servidores e estagiários, propiciando maior efetividade e eficiência da própria instituição em sua atuação administrativa, ao ter claros os seus posicionamentos jurídicos, acarretando maior segurança jurídica para os demais órgãos da Administração Pública.

Ressalta-se que a pretensão de fixar uma orientação jurídico-normativa está plenamente de acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública,

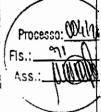
Página 2 de 17

Página 2 de 17



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Gabinete do Procurador-Geral - PGM

CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



sendo embasado pelo princípio da supremacia do interesse público, encontrando o princípio da legalidade e na otimização de tempo e energia o princípio da eficiência.

Em segundo lugar, a fixação de orientação-normativa por órgão de consultoria e representação jurídica da Administração Pública não é algo novo e recente. Não se está em frente ao desconhecido, à medida nunca tentada ou realizada. Muito pelo contrário.

A Advocacia-Geral da União desde 2014, com a fixação da Orientação Normativa nº 55, faz uso desta prerrogativa, in verbis:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 40 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos art. 20 e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993 I- Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. Referência: Parecer n°004/ASMG/CGU/AGU/2014-LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS.

Analisa-se, pela leitura do dispositivo, que há condições a serem seguidas para a elaboração de uma manifestação jurídica referencial, não sendo o seu uso indiscriminado, muito menos utilizado como "solução para tudo". Há requisitos, quais

Página 3 de 17



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



sejam, grande volume de matérias idênticas e recorrentes, impacto na atuação do órgão consultivo e a atividade do parecerista se restringir a verificação de exigências legais, ou seja, mera conferência dos documentos presentes nos autos.

Além disso, a Advocacia-Geral da União se manifestou acerca da supracitada orientação normativa no Parecer Referencial nº 03/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Dra. Tania Patrícia de Lara Vaz, da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, cujo escopo principal é a adesão à ata de registro de preços. Nas palavras da Advogada da União, *in verbis*:

"Nessa toada, a manifestação jurídica referencial, justifica-se e legitima-se na situação em que (i) o volume de processos em tais matérias - idênticas e recorrentes - justificadamente, impactar a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos: e (ii) quando a atividade jurídica a cargo do órgão de consultoria restringir-se à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. 30. Com efeito, demandas recorrentes exigem respostas e soluções em bloco, desde que não abdiquem da necessária segurança jurídica."

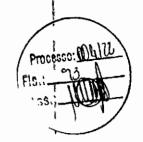
#### E continua a parecerista:

"Além disso, é fato que os pareceres que analisam adesões a atas de registro de preços, com as mesmas recomendações, não havendo necessidade, em regra, de orientações jurídicas específicas para o caso concreto. 39. Em outras palavras, a adoção da manifestação jurídica referencial possibilitará aos Advogados da União da CGLIC/CONJUR/MD maior foco e priorização de temas jurídicos estratégicos e de maior complexidade, em benefício dos órgãos e autoridades assessorados. A ideia é que a Conjur possa dedicar seu tempo para análise e manifestação em assuntos que exijam reflexão e desenvolvimento de teses jurídicas, desonerando-se da elaboração de pareceres repetitivos, cuias orientações são amplamente conhecidas pelo gestor."

Página 4 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



Nesse cenário, registra-se que medidas que objetivam racionalizar a demanda vem sendo muito utilizadas, inclusive pelo Poder Judiciário, sendo que o egrégio TCU não vislumbrou óbices em sua adoção, opinando pela viabilidade da utilização, desde que "envolvam matéria comprovadamente idêntica e sejam completos, amplos e abranjam todas as questões jurídicas pertinentes". Vejamos:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 277, inciso III, 282 e 287, § Iº do R1TCU, em: 9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento; 9.2. informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma; e 9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao embargante. Acórdão nº 2674/2014.

Nesse sentido, destaca-se que não apenas no âmbito federal ocorre este tipo de desperdício de tempo e energia no tocante a pareceres repetitivos acerca de contratações de pequeno valor. Na Administração Pública Municipal é muito comum, infelizmente, este ônus desnecessário, com Procuradores realizando mero *checklist* de documentos presentes nos autos, bem como apenas verificando exigências legais e realizando sempre as mesmas recomendações.

Página 5 de 17



oinete do Procurador-Geral - PGN CNPJ nº. 01.597.627/0001-34



A falta de gestão racional da atividade administrativa clama pela adoção de soluções em bloco e padrão, de forma que resta evidente a desnecessidade de um Parecer Jurídico específico para cada caso no tocante a contratações de pequeno valor.

A medida adotada é extremamente importante, pois significa que, na prática, os processos administrativos que versarem sobre matérias jurídicas idênticas; às enfrentadas no parecer referencial não serão mais submetidos a análise individualizada pela Consultoria Jurídica, sendo assim, a autoridade competente deve declarar expressamente que o processo se amolda ao parecer jurídico normativo, dispensando, portanto, a remessa dos autos à Procuradoria Geral do Município.

Assim, cabe ao gestor comparar o caso concreto com o presente parecer, no intuito de fazer a distinção, ou seja, "se a questão que deve ser resolvida já conta com um precedente - se é a mesma questão ou se é semelhante, o precedente aplica-se ao caso. O raciocínio é eminentemente analógico. Todavia, se a questão não for idêntica ou não for semelhante, isto é, se existirem particularidades fático-jurídicas não presentes - e por isso não consideradas - no precedente, então é o caso de distinguir o caso do precedente, recusando-lhe aplicação." (Luiz Guilherme Marinoni. Novo Código de Processo Civil Comentado. 1. ed. São Paulo: RT, 2015).

Nesse sentido, a fim de proporcionar maior segurança ao administrador, elaborou-se um *checklist* contendo os principais itens deste Parecer, de forma que seja possível inferir se o caso concreto se enquadra aos termos da presente manifestação jurídiça referencial.

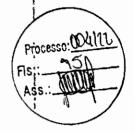
Cabe mencionar que caso pairem dúvidas sobre a situação fática, ou o administrador constate que o caso dos autos, por suas características peculiares, não se amolda às hipóteses abrangidas pelo Parecer normativo, deverá formular consulta à Procuradoria Geral do Município. Ressalte-se, neste ponto, que termos aditivos que tenham mais do que um objeto, ou seja, versem sobre outra questão além da que ora se examina, devem ser encaminhados para análise deste órgão jurídico.

Página 6 de 1,7

Página 6 de 17



abinete do Procurador-Geral - PGN CNPJ nº. 01.597.627/0001-34



Realizado este introito, passamos à matéria de fundo do Parecer Referencial.

#### 2 – O QUE SE ENTENDE COMO CONTRATAÇÃO DE PEQUENO VALOR.

É sabido que o artigo 37, inciso XXXI, da Carta Magna, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento para contratações feitas pelo Poder Público. Porém, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuara ressalva dos casos especificados na legislação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técniça e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em sintonia com a determinação constitucional supracitada, que faz ressalva aos casos previstos na legislação infraconstitucional, o legislador previu as hipóteses em que não se faz necessária a realização do certame, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas, sem a realização de certame licitatório.

Essas proposições são as constantes nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93, referentes à dispensa e à inexigibilidade de licitação, respectivamente.

Página 7 de 17

Página 7 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



A diferença substancial existente entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação é que, nos casos de inexigibilidade, a competição é materialmente impossível, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração. Já nos casos de dispensabilidade de licitação, a possibilidade material de competição existe, mas, a lei faculta sua excepcional e justificada não realização, sob certa dose de discricionariedade, sempre norteada pela principiologia que rege os procedimentos licitatórios e a administração pública como um todo.

Pois bem, tratando especificamente acerca das hipóteses de dispensa de licitação, é válido notar que a contratação deve atender, antes de tudo, aos princípios norteadores da administração pública e ensejar uma das hipóteses elencadas (numerus clausus) no art. 24 da Lei 8.666/93, uma vez que são hipóteses taxativas, não podendo o administrador ampliar discricionariamente o rol já elencado pelo legislador.

A propósito, nesse sentido, colaciona-se a doutrina de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, in ver bis:

"Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, numerus clausus, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação."

Já no que concerne à inexigibilidade de licitação, o entendimento assente, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência dos Tribunais Pátrios, é no sentido de que as hipóteses legais de inexigibilidade de licitação são exemplificativas, porque pode haver situação de inviabilidade de competência que não se enquadre em nenhuma das situações referidas nos três incisos do art. 25, sendo permitido o enquadramento, inclusive, no caput do art. 25. Nesse sentido, confira-se:

Página 8 de 17

Página 8 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



"De acordo com a legislação citada acima, aplica-se, para a situação em análise, a Lei 8.666/1993, que, na cabeça do seu art. 25, traz a 'inviabilidade de competição' como única condição para que se considere inexigível a licitação, considerando que os incisos desse artigo contêm rol meramente exemplificativo.

As hipóteses de inexigibilidade relacionadas na Lei 8.666/1993 pão são exaustivas, sendo possível a contratação com base no caput do art. 25 sempre que houver comprovada inviabilidade de competição" (Acórdão 2.418/2006, Plenário, rei. Min. Marcos Bemquerer Costa).

Como alhures já anunciado, pretende-se com o presente parecer, analisar a viabilidade de se dispensar a análise jurídica prévia à celebração apenas de dispensas de licitação que se enquadrem como sendo de pequeno valor.

A Lei n. 8.666/1993 define que se pretende como contratação de pequeno

valor:

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

#### I - para obras e serviços de engenharia;

- a) convite até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência);
- b) tomada de preços até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhenços mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência);
- c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência);
- II para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência);
- a) convite até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência) b) tomada de preços até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

Página 9 de 17

Página 9 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);

O Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, atualizou os aludidos

valores. Veja-se:

Art.1° Os valores estabelecidos nos <u>incisos I e II do caput do art.;23</u> da Lei n° 8.666. de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Página 10 de 17

Página 10 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



Brasília, 18 de junho de 2018; 197° da Independência e 130° da República.

No que se refere a estes valores, é imperioso salientar que recomendase a aplicação deste Decreto Federal de nº 9.412/2018 para efeito de definição do que se entende por pequeno valor, perante todos os entes federados, haja vista que a competência para definir os valores limites das modalidades licitatórias seria privativa da União, não sendo possível nenhuma definição por parte do município, de modo que atualmente são estes os valores: para obras e serviços de engenharia R\$ 33.000, 00 (trinta e três mil reais) e para outras compras e serviços R\$ 17.600, 00 (dezessete mil e seiscentos reais).

### 2.1 Formalidades Específicas para Dispensa de Licitação com fulcro nos art. 24, inc. I e II, Lei 8.666/1993.

Observa-se que embora não seja exigível, nos processos de dispensa de licitação, o cumprimento de etapas formais imprescindíveis próprias do processo de licitação, é necessária a formalização de um procedimento com estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativos impostos à Administração Pública.

Imperioso observar o disposto no art. 26, parágrafo único da Lei 8.666/93:

Parágrafo único - O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

1 - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa quando for o caso:

justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;(...).

Página 11 de 17

Página 11 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



No que diz respeito ao preço (inciso III), como em qualquer contratação direta, é evidente que o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, sendo assim, a vantajosidade deverá ser demonstrada nos autos. O agente público autor do mapa comparativo responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

Quanto à habilitação do fornecedor, necessário se faz que o processo seja instruído com as documentações exigidas pelos arts. 27 a 31 da Lei Geral de Licitações. E, sob o ponto de vista estritamente jurídico, lembramos que o contratado deve manter todas as condições de habilitação e qualificação no transcurso da execução contratual.

Interessante mencionar o que dispõe o art. 32 e seus parágrafos, da Lei 8.666/1993, o qual autoriza o ordenador de despesas a dispensar a apresentação de algumas certidões, conforme segue:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. § 1° A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

Importante ressaltar que as certidões e propostas devem estar vigentes no momento da contratação.

Insta destacar que, a autoridade competente do órgão deve autorizar a contratação, providência essa necessária para preenchimento do requisito exigido no §2° do art. 57, da Lei n° 8.666/93.

Quanto à obrigatoriedade ou não de formalização de instrumento contratual, cumpre ressaltar o teor do § 4º do art. 62 da Lei nº. 8.666/1993, que dispensa o

Página 12 de 17

Página 12 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



termo de contrato, a critério da administração e independentemente do valor da contratação, desde que o objeto do contrato possa ser enquadrado como "compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica".

Quando se fala em entrega imediata, a própria Lei de Licitações (art. 40, § 4°) estipula que seria aquela com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta. Segundo a doutrina, tal norma não deve ser interpretada de forma literal, sendo assim, a contagem do prazo seria a partir do pedido de fornecimento e não da entrega da proposta. Nesse sentido destaca-se o Acórdão 1234/2018-TCU-Plenário: Acórdão 1234/2018 - 30/05/2018:

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de representação constituído a partir de auditoria interna, em que se discute, nesta ocasião, a legalidade da dispensa de termo de contrato e da utilização de outros documentos nas hipóteses de compras com entrega imediata.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com base nos arts. 16, inciso V, 169, inciso V, e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, em:

- 9.1 converter o presente processo em representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, para dela conhecer e, no mérito, firmar entendimento, quanto aos requisitos legais para a dispensa do termo de contrato em aquisições de bens, no seguinte sentido:
- 9.1.1 há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas:
- 9.1.2 a "entrega\_imediata" referida no art. 62, § 4°, da Lei 8.666/1993 deve ser entendida como aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da Página 13 de 17



CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



solicitação;

9.2 encerrar o presente processo.

Do mesmo modo, há julgados que trazem interpretação extensiva da terminologia "<u>bens adquiridos</u>" para alcançar certos "<u>serviços</u>" de entrega imediata e integral, devidamente circunstanciados, conforme se verifica no trecho do Acórdão no 367/2003-TCU- Plenário:

Com relação, ainda, à excepcionalidade aduzida no parágrafo 4ºdo art. 62 da Lei 8.666/1993, além das compras ali contempladas, também é possível enquadrar todos os serviços com entrega imediata (como, por exemplo, a organização de eventos comemorativos), que possuam prazo curto e determinado de prestação de serviço, viabilizados por pagamento único em empenho ordinário. Em outras palavras, para o caso em comento, qualquer valor contratado para prestação de serviços de prazo curto e determinado, dispensa-se o termo de contrato.

Quanto às obrigações futuras (inclusive assistência técnica), é importante observar que, quanto à garantia contratual há certa celeuma doutrinária sobre ser ela entendida ou não como uma obrigação futura, motivo por que recomendamos, nessas hipóteses, a celebração do instrumento de contrato. Acaso se opte por substituí-lo pelos demais instrumentos hábeis, necessário que a garantia seja, ao menos, reduzida a termo, conforme preconiza o art. 50 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078/1990):

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução; de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

Página 14 de 17

Página 14 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



Observa-se que, caso seja adotado o termo de contrato, o prazo da garantia deverá ser desvinculado da vigência contratual, conforme orientação exarada pela Advocacia Geral da União - AGU:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 25 DE ABRIL DE 2014 (\*)

"A garantia ilegal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual." (Referência: Arts. 57, 69 e 73, §2°, da Lei n° 8.666; de 1993; PARECER PGFN/CJU/COJLC/N0 1759/2010. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (\*)Editado pela Portaria AGU n° 124, de 25 de abril de 2014. publicada no DOU I 2/5/2014, p.2-3).

É importante frisar que a garantia contratual supracitada difere a garantia prevista em lei, que independe de termo expresso:

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis:

II – noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. (...)

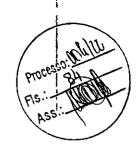
Pontue-se, ademais, que se aplica aos instrumentos hábeis a substituir o contrato o art. 55 da Lei nº 8.666/93, devendo, assim, deles constarem, no que couber, as cláusulas obrigatórias. O colendo TCU já decidiu no julgamento do Acórdão 667/2005, Plenário, que:

Estabeleça um documento específico (como "ordem de serviço" ou "solicitação de serviço") destinado ao controle dos serviços prestados para fins de pagamento a empresa contratada, contendo,

Página 15 de 17



CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



entre aspectos que também possam vir a ser considerádos necessários pelo órgão:

- definição e a especificação dos serviços a serem realizados;
- métricas utilizadas para avaliar o volume de serviços solicitados e realizados:
- indicação do valor Máximo de horas aceitável e a metodologia utilizada para quantificação desse valor, nos casos em que a única opção viável for a remuneração de serviços por horas trabalhadas;

cronograma de realização do serviço, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos;

custos em que incorrera o órgão para consecução do serviço solicitado; e o indicação clara do servidor responsável pela atestação dos serviços;

Por fim, impõe destacar que se dispensa a publicação do extrato dos instrumentos hábeis a substituir o contrato. Nesse sentido, o TCU em sua obra: Licitações e Contratos: orientações básicas. 3 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2006. P. 777:

> Não é exigida pela Lei de Licitações publicação do extrato dos instrumentos hábeis a substituir o termo de contrato, a exemplo da carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra e ordem de execução de serviço.

Mas o extrato do contrato continua necessitando ser publicado como condição indispensável para sua eficácia (Lei 8.666/1993, art. 61), além de disponibilizado em site institucional do órgão e no sistema de aquisições governamentais.

Ao final, a fim demonstrar a verificação de conformidade do processo, deverá ser juntado aos autos, o checklist para Contratação Direta - Pequeno Valor (art. 24, incisos I e II da Lei 8.666/1993), anexo ao presente parecer.

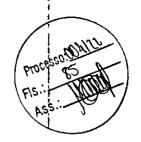
Do exposto, pode ser dispensado o prévio parecer jurídico nas contratações por dispensa de licitação de pequeno valor, desde que observadas as condições e entendimentos acima expostos, preenchido o checklist anexo.

Página 16 de 17

Página 16 de 17



Gabinete do Procurador-Geral - PGM CNPJ n°. 01.597.627/0001-34



#### \_3.CONCLUSÃO

Face do exposto, o presente Parecer Referencial confeccionado pela Procuradoria-Geral do Município, e desde que o órgão demandante siga as orientações acima exaradas, é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo de dispensa de licitação por pequeno valor, com fulcro nos incisos I e 11 do art. 24 c/c com a alínea "a" do inciso II do art. 23, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, até o limite do valor atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, e atualizações posteriores, caso venham a ocorrer, sem submeter os autos à Procuradoria-Geral do Município, devendo, para tanto, ser preenchido o checklist anexo.

Diante do exposto, é imprescindível que o setor competente certifique, de forma expressa, que a situação concreta se amolda aos termos deste Parecer, devendo este ser juntado nos autos tanto pelos servidores do setor de licitações. A persistência de dúvida de cunho jurídico deverá resultar na remessa do processo à Procuradoria-Geral do Município para exame individualizado, mediante formulação dos questionamentos jurídicos específicos.

É o parecer.

Governador Edison Lobão - MA, 12 de outubro de 2021.

LUCAS HENRIQUE GOMES BEZERRA

Procurador-Geral do Município Portaria 09/2021 OAB/MA 17.457

Página 17 de 17

Página 17 de 17



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBAO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CNPJ Nº 01.597.627/0001-34



Ao Exmo. Senhor Fabrício dos Santos Silva Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.

Nesta.

Para ratificação da presente Dispensa de Licitação na forma do caput do Art. 26, e em conformidade com o Parecer da Procuradoria Geral do Município e posterior apreciação do objeto da Dispensa de Licitação nº 001/2022, conforme Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Governador Edison Lobão - MA, 10 de fevereiro de 2022.

Iltomar Mesquita Lima

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, FINANÇAS E RECEITA



#### TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo Administrativo nº 004/2022, RATIFICO e HOMOLOGO a Dispensa ide Licitação reconhecida pela Procuradoria Geral do Município, para contratar com a empresa VR DOS SANTOS BORRACHARIA, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

Esse Termo se fundamenta no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelo decreto nº 9412, de 18 de junho de 2018, e demais normas pertinentes.

O valor global ratificado e Homologado é de R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos e quarenta reais) que será pago com recursos do Programa de Trabalho:

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0052.2006.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; 4.123.0054.6082.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças; 4.122.0052 2026.0000 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos; 10.122.0052 2030.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 08.244.0052.2040.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social; 12.122.0403.2019.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 — Outros serviços de terceiros pessoa jurídica CATEGORIA ECONÔMICA: 001.001 — Próprios

Sendo assim, autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo EMPENHO, consequentemente o TERMO DE CONTRATO.

Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato.

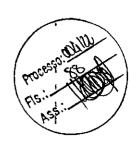
Governador Edison Lobão/MA, 11 de fevereiro de 2022.

Fabrício dos Santos Silva

Secretário Municipal de Fazenda, Finanças e Receita.



# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, FINANÇAS E RECEITA



#### AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### **PUBLICAÇÃO NO MURAL**

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo Administrativo nº 004/2022, RATIFICO e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação reconhecida pela Procuradoria Geral do Município, para contratar com a empresa VR DOS SANTOS BORRACHARIA, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

Esse Termo se fundamenta no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelo decreto nº 9412, de 18 de junho de 2018, e demais normas pertinentes.

O valor global ratificado e Homologado é de **R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos** e quarenta reais) que será pago com recursos do Programa de Trabalho:

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração

PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0052.2006.0000 — Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; 4.123.0054.6082.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças; 4.122.0052 2026.0000 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos; 10.122.0052 2030.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 08.244.0052.2040.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social; 12.122.0403.2019.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00 — Outros serviços de terceiros pessoa jurídica CATEGORIA ECONÔMICA: 001.001 — Próprios

Sendo assim, autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo EMPENHO, consequentemente o TERMO DE CONTRATO. Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato. Governador Edison Lobão/MA, 11 de fevereiro de 2022. FABRÍCIO DOS SANTOS SILVA, SECRETÁRIO MUNICIPAL FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA.



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, FINANÇAS E RECEITA

### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO



O Município de Governador Edison Lobão, através do Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita convoca o Sr. Valdeir Rodrigues dos Santos; representante legal da VR DOS SANTOS BORRACHARIA, estabelecida na ROD BR-010, Auto Estrada, Governador Edison Lobão/MA, para a assinatura do Contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº 001/2022, referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Governador Edison Lobão/MA, 15 de fevereiro de 2022.

icio dos Santos Silva

iger des sontas

Fabrício dos Santôs Silva

Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita

Recebi em / 2021

VR DOS SANTOS BORRACHARIA

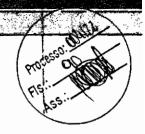
CNPJ: 11.708.589/0001-01

1

REPRESENTANTE LEGAL: VALDEIR RODRIGUES DOS SANTOS







CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO E A V.R. DOS SANTOS - BORRACHARIA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, por intermédio da SECRETARIA MUNCIPAL DE FINANÇAS, contratante, com sede no(a) Rua Imperaţiiz II, n° 800 – Centro, CEP: 65928-000 – Governador Edison Lobão – MA, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 01.597.627/0001-34, neste ato representado(a) pelo SECRETARIO(A), Sr(a) FABRICIO DOS SANTOS SILVA, portador(a) da Carteira de Identidade n° brasileiro, portador da Carteira de Identidade N° 0249808120039, CPF N° 019.198.953-37, residente e domiciliado na Rua da Santa Barbara, s/n, Cidade Nova, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa, V.R. DOS SANTOS - BORRACHARIA, inscrita no CNPJ n° 11.708.598/0001-01, com sede na ROD BR 010, s/n, Auto estrada, Governador Edison Lobão/MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo sr. VALDEIR RODRIGUES DOS SANTOS, portador(a) do RG n° 0787328979 e CPF n° 282.532.213-04, celebram o presente contrato n° 022/2022, processo administrativo n° 004/2022, gerenciada pela secretaria municipal de finanças, fundamentada no inciso, I, do artigo 75 da Lei n°, lei 14.133 de 01/04/2021, e Art. 2° da Instrução Normativa AGU N° 01, de 13 de setembro de 2021.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do município de Governador Edison Lobão/MA.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato e aos documentos adiante enumerados, colacionados ao Processo Administrativo nº 004/2022 e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

Termo de Referência: DISPENSA nº 001/2022;

Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimento da dispensa licitação.

O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

Constituição Federal de 1988;

IGALLA TERRETERRA I DA LEÓ

Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, Instrução Normativa AGU Nº 01, de 13 de setembro de 2021, enquanto parâmetro de boa prática; demais normas regulamentares aplicáveis à matéria; subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições



deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o contendo das cláusulas contratuais.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## O prazo de vigência deste Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2022, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

O prazo de vigência expirará no final deste exercício, considerando o princípio da anualidade orçamentária, podendo ser prorrogado conforme previsão do *Art. 107*, da *Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021*.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo de início dos serviços será imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço.

#### Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADAS documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e/ou definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

#### Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar os serviços, nas datas, horários e locais a serem informados pela Secretaria Municipal;
- c) prover os serviços ora CONTRATADA, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) manter-se, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- f) responder pelos serviços que entregar, na forma da legislação aplicável;
- g) iniciar e concluir a entrega dos serviços nos prazos estipulados;
- h) atender a todos os ditames da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis.

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 17.540,00 (dezessete mil, quinhentos e quarenta reais) conforme descrito na planilha abaixo:

	SERVIÇOS DE BORRACHARIA									
№ ПЕМ	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	1				



	R\$ 17.540,0				
15	SERVIÇOS DIVERSOS EM VÁLVULAS, MANCHÃO, BICO, RODA, VULCANIZAÇÃO, RODÍZIO DE PNEUS E MANGUEIRA E CALIBRAGEM	UNIDADE	80	R\$ 20,00	, R\$ 1.600,00
14	PNEU PATROL TRASEIRO CONSERTO	UNIDADE	40	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
13	PNEU PATROL DIANTEIRO CONSERTO	UNIDADE	30	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
12	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU 215/80R-22.5	UNIDADE	60	R\$ 30,00	r R\$ 1.800,00
11	SERVIÇOS DE MONTAGEM PNEU LINHA LEVE E MÉDIO ARO 18	UNIDADE	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
10	PNEU ARO 15 A 16 TROCA	UNIDADE	80	R\$ 10,00	R\$ 800,00
9	PNEU ARO 15 A 16 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
8	PNEU ARO 13 A 14 TROCA	UNIDADE	32	R\$ 10,00	R\$ 320,00
7	PNEU ARO 13 A 14 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
6	PNEU 90.90 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$ 30,00	R\$ 360,00
S	PNEU 90.90 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
4	PNEU 2.75 – 18 TROCA	UNIDADE	12	R\$ 30,00	R\$ 360,00
3	PNEU 2.75 – 18 VULCANIZAÇÃO	UNIDADE	12	R\$ 80,00	R\$ 960,00
2	PNEU DE TRATOR GRANDE SEM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	12	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
1	PNEU TRATOR GRANDE COM ÁGUA CONSERTO	UNIDADE	14	R\$ 100,00	R\$ 1.400,00 <sup>‡</sup>

No valor acima estão incluídos todas os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os respectivos preços unitários, constantes na cláusula sétima deste Contrato:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os documentos fiscais referentes aos serviços prestados deverão ser emitidos e entregues até o 3º dia útil, após a data de emissão, no Setor financeiro da Prefeitura Municipal de Governador Edison lobão/MA, situada na *Imperatriz II*, nº 800, Centro - CEP 65928000, acompanhados das certidões negativas atualizadas do, FGTS, Tributos Federais, Estaduais e Municipais da Sede, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento do prazo limite para emissão e entrega dos documentos fiscais, disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, altera automaticamente a condição de pagamento original, que passa a ser de 30 dias fora o mês de emissão, do documento fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ausência da apresentação das certidões mencionadas no PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela devida, que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.



O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada pelo "Fiscal do Contrato", a quem caberá a responsabilidade pela fiscalização desta execução e pelo atestado de conformidade dos bens e serviços entregues para que se processe o pagamento, e será designado em momento oportuno.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O representante da CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio, através do Relatório de Execução de Serviço as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, dever á comunicar imediatamente o fato ao seu superior administrativo, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA declara aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção e controle adotados para fins de fiscalização pela CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, e comunicações, por escrito se solicitado, julgados necessários ao bom desempenho contratual. PARÁGRAFO QUARTO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

A CONTRATADA é responsável por danos causados por si e por seus empregados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciáis oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstâncias supervenientes, nas hipóteses previstas no art. 124, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021. Mediante Termo de Aditamento.

USULA DECIMAS LUDA ES ES ES ASSOCIOS ARSOCIOS E EL DECEMAS E DE CENTRAL

A inexecução do contrato, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência, que poderá ser aplicada quando houver, em especial:

a.1) - execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento da entrega dos produtos desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

b) multa;



- b.1) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, ou sobre o valor referente à fração do objeto do contrato não executada na forma solicitada, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. No caso de reincidência, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), porcentagem esta que será a aplicada em caso de inexecução total do contrato;
- b.2) Em caso de inexecução total do compromisso, ensejará na rescisão unilateral e será aplicada a multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total CONTRATADA.
- b.3) Multa de 1% (um por cento) se houver atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, a ser calculada por dia que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato à época ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONT RATANTE ou da aplicação das sanções administrativas;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:
- c. 1) reincidência de execução insatisfatória dos serviços CONTRATADA;
- c.2) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- c.3) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- c.4)- irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- c.5)- condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c.6) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- c.7) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA idoneidade para contratar com a Secretária Municipal de Educação.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- d.1) A declaração de inidoneidade poderá ser proposta a Secretária Municipal de Educação, quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos, inclusive apresentação de documentos falsos ou falsificados ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo a CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO: As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e a sua cobrança hão isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo a CONTRATADA do pagamento à CONTRATANTE das perdas e danos resultantes das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUARTO: Eventuais débitos ou penalidades, aplicadas à CONTRATADA após o devido procedimento, poderão ser ressarcidos por meio de compensação, descontandose de pagamentos vencidos que a CONTRATADA tenha a receber da CONTRATANTE, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a CONTRATANTE, ou ser cobrado administrativa ou judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo da suspensão será fixado de acordo com à natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SEXTO: Será remetida à Secretária Municipal de Educação, Comercio e Industria, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de



fornecedores.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

A ocorrência das hipóteses previstas no art. 138 da Lei Federal nº 14.133, de 01 Abril de 2021. inclusive o não cumprimento das obrigações assumidas no presente termo, autorizâm, desde já, a CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto no artigo 139 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

MEACHTRASICAR

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de compras, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados, cuja cobrança se fará administrativa ou judicialmente.

A CONTRATANTE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei, sendo que a rescisão por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA será processada na forma prevista na cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO ÚNICO: A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial.

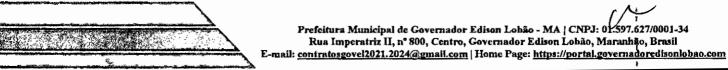
Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória, a impossibilidade de a CONTRATADA suspender a entrega dos produtos em virtude de inadimplência no pagamento pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 128, da Lei nº 14.13'3, de 01/04/2021. se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade das entregas, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Maranhão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se permitida a subcontratação pela Contratante, sempre de no máximo de 40% e desde que não recaia sob o objeto da qualificação técnica, ficarão solidariamente responsáveis a CONTRATADA e Subcontratada por todos os direitos e obrigações que do contrato advierem e deverão atender a todos os requisitos de habilitação





estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado que não comportarem cobrança amigável, serão cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários advocatícios, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLAUSTLA DECIMA COTAVA: DA DOTAÇÃO OMCAMENTAMA

As despesas decorrentes desta licitação correrão á conta de recursos consignados no Orçamento Geral Municipal, cujos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho, conforme especificados abaixo:

EXERCÍCIO	2022	1
PODER	PODER EXECUTIVO ·	2
ÓRGÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO	02.00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	4.122,0052.2006.0000
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	4.122.0052.2026.0000
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0052.2030.0000
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.244.0052.2040.0000
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12.122.0403.2019.0000
NATUREZA DA DESPESA	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	33.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	PRÓPRIOS	001.001

CLAUSULA DZUMA NONA (CDECES) OZ ZUJICAO

Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Governador Edison Lobão/MA, 17 de fevereiro de 2022.

FABRICIO DOS SANTOS SILVA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS CONTRATANTE LDEIR RODRIGUES DOS SANT RG: 000078732897-9 SSP/MA CONTRATA

Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão - MA | CNPJ: 01.597.627/0001-34 Rua Imperatriz II, n° 800, Centro, Governador Edison Lobão, Maranhão, Brasil E-mail: <u>contratosgovel2021.2024@gmail.com</u> | Home Page: <u>https://portal.governadoredisonlobao.com</u>

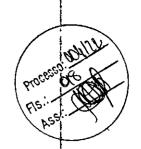


#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2022: PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2022: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA, CNPJ: 01.597.627/0001-34, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE RECEITA, FAZENDA E FINANÇAS, CONTRATADA: V.R. DOS SANTOS - BORRACHARIA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.708.598/0001-01. **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICOS DIVERSOS DE BORRACHARIA PARA OS VEÍCULOS DO MÚNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA. VIGÊNCIA DO CONTRATO: DATA DE SUA ASSINATURA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022. VALOR TOTAL R\$ 17.540,00 MIL. QUINHENTOS E **OUARENTA** REAIS). ORCAMENTARIA: EXERCICIO: 2022. PODER: PODER EXECUTIVO: 2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO. 02.00. UNIDADE ORÇAMENTARIA/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO: 4.122.0052.2006.0000: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS: 4.122.0052.2026.0000: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: 10.122.0052.2030.0000; MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL: 08.244.0052,2040.0000; MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: 12.122.0403.2019.0000: NATUREZA DE DESPESA: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA: 33.90.39.00: FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIOS: 001,001, BASE LEGAL: DECRETO Nº 7,892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 E SUAS ALTERAÇÕES E O DECRETO MUNICIPAL Nº 044, DE 20 DE JULHO DE 2021, INCISO, I. DO ARTIGO 75 DA LEI Nº, LEI 14,133 DE 01/04/2021. E ART. 2° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA AGU N° 01, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 FORO: COMARCA DE IMPERATRIZ (MA). DATA DA ASSINATURA: 17 DÉ FEVEREIRO DE 2022. FABRICIO DOS SANTOS SILVA, CPF Nº 019.198.953-37! VALDEIR RODRIGUES DOS SANTOS, RG: 000078732897-9 SSP/MA.



## ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO CNPJ: 01.597.627/0001-34 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA



#### ORDEM DE SERVIÇO

Pela presente Ordem de Serviços, AUTORIZO a contratação de empresa especializada para prestação de serviços diversos de borracharia para os veículos do Município de Governador Edison Lobão/MA, oriunda da Dispensa Nº 001/2022, seus anexos e proposta comercial apresentada pelo Sr. Valdeir Rodrigues dos Santos; representante legal da VR DOS SANTOS BORRACHARIA, estabelecida na ROD BR-010, Auto Estrada, Governador Edison Lobão/MA, vencedora dos itens com valor total de R\$ 17.540,00 (Dezessete mil e quinhentos e quarenta reais), sendo obedecidas as condições e especificações estabelecidas no certame.

Governador Edison Lobão (MA), 18 de fevereiro de 2022.

Fabricio dos Santos Silvi Fabricio dos Santos Silvi FABRÍCIO DOS SANTOS SILVA SECRETÁRIO DE FINANÇAS, FAZENDA E RECEITA

VR DOS SANTOS BORRACHARIA
CNPJ: 11.708.589/0001-01
REPRESENTANTE LEGAL: VALDEIR RODRIGUES DOS SANTOS

DE ACORDO:



### Diário Oficial

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO

ISSN: 2764-3409

GOVÊRNADOR EDISON LOBÃO :: DIÁRIO OFICIAL - NÚMERO 624 :: SEGUNDA, 21 DE FÉVEREIRO DE 2022 :: PÁGINA 1 D

#### **SUMÁRIO**

Descrição	Pagina
SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, FAZENDA E FINANÇAS	haranaya.
ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2022.	***************************************
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 158/2021	***************************************
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB	
E RATO DO CONTRATO Nº 024/2022	

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, FAZENDA E FINANÇAS Esse texto possui efeitos retroativos à data de sua nublicação original no diário oficial do Município de Governador Edison Lobão no dia 17/02/2022. Governador Edison Lobão, 21 de fevereiro de 2022. Fabricio dos Santos Silva, Secretário Municipal de Finanças.

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2022.

Errata do extrato do contrato nº 022/2022, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO através da SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ENDA E FINANÇAS e a Empresa V.R. DOS SANTOS BORRACHARIA, Inscrita no CNPJ nº 11.708.598/0001-01, publicado no dia 17 de fevereiro de 2022, à página 34, Da edição 619, quinta-feira, no Diário Oficial do Município de Governador Edison Lobão – MA. A errata ao extrato do contrato em questão dar-se-á a sua correção nos seguintes termos:

ONDE LÊ-SE: "DATA DA ASSINATURA: 03 DE JANEIRO DE 2022".

LEIA-SE: " DATA DA ASSINATURA: 17 DE FEVEREIRO DE 2022".

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINÂNCAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 158/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DO Nº 158/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E A EMPRESA L E DE SOUSA COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ № 36.170.327/0001-59, NOS TERMOS DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PRECO Nº 006.3/2021. DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021, COM FULCRO NO ART 57, INCISO II, DA LEI 8666/93 E DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO EM EPÍGRAFE; OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA, QUE SE DESTINA A ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO: http://governadoredisonlobao.ma.gov.br/transparencia/diario CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 3baec3a41fda1946a6309ae6146270ec6da33d14



PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS DO ART. 57, INCISO II, DA LEI 8666/93 E DA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, PARAGRAFO SÉTIMA DO CONTRATO EM EPÍGRAFE; FICARAM AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS; DATA DA ASSINATURA: 30.12.2021. BASE LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8.666/1993, ART. 57°, INCISO II. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO – MA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, REPRESENTADO PELO SR. FABRICIO DOS SANTOS SILVA, CPF Nº 019.198.953-37. CONTRATADA: L E DE SOUSA COMERCIO E SERVICOS EIRELI, REPRESENTADA PELO SR. LEONARDO EUGÊNIO DE SOUSA, CPF N°009.597.853-45. GOVERNADOR EDISON LOBÃO – MA, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

Processo Mild

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

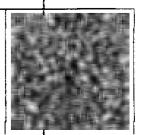
#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2022; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 013/2022; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA, CNPJ: 01.597.627/0001-34, ATRAVÉS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, CONTRATADA: ALVORADA CONSTRUIR LTDA - ME, CNPJ: 05.703.869/0001-16. OBJETO: CONTRATO TEM POR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL VITAL BRASIL, LOCALIZADA NA ZONA RURAL DO MUNÍCIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA. VIGÊNCIA DO CONTRATO: DATA DE SUA ASSINATURA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022. VALOR TOTAL. R\$ 103.598,50 (CENTO E TRÊS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: RCICIO: 2022. PODER: PODER EXECUTIVO: 01. ÓRGÃO:

IRCICIO: 2022. PODER: PODER EXECUTIVO: 01. ÓRGÃO: FONDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES — FUNDEB. UNIDADE ORÇAMENTARIA/ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE U.E.: 12.361.0403.6087.0000: NATUREZA DA DESPESA: OBRAS E INSTALAÇÕES: 44.90.51.00: BASE LEGAL: NCISO, I, DO ARTIGO 75 DA LEI №, LEI 14.133 DE 01/04/2021, E ART. 2° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA AGU № 01, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021. FORO: COMARCA DE IMPERATRIZ (MA). DATA DA ASSINATURA: 21 DE FEVEREIRO DE 2022. DENISE PETUBA DE MORAES. CPF № 467.230.723-91. REINALDO GOMES DA SILVA, CPF № 436.231.153-04.

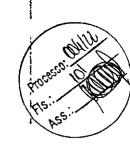
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO: http://governadoredisonlobao.ma.gov.br/transparencia/diario CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 3baec3a41fda1946a6309ae6146270ec6da33d14

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO





### ESTADO DO MARANHÃO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO



### DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RUA IMPERATRIZ II, Nº 800, CENTRO GOV. EDISON LOBÃO - MA, CEP: 65928-000 Email: semad@governadoredisonlobao.ma.gov.br

Telefone: (99)98521-4266

JOÃO VICTOR CASTRO SOBRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**LUCAS HENRIQUE GOMES BEZERRA** 

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**GERALDO EVANDRO BRAGA DE SOUSA** 

PREFEITO

Este documento é assinado digitalmente, o que garante a autenticidade do seu conteúdo

MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBAO:01597627000134

ICP-Brasil - 34173682000318

ICP -----

Carimbo de Tempo: 21/02/2022 17:56:30

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

http://governadoredisoniobao.ma.gov.br/fransparencia/diario

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 3baec3a41fda1946a6309ae6146270ec6da33d14

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

